

INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS POLICIAIS E SEGURANÇA INTERNA



**Joel Filipe Sá de Oliveira**  
Aspirante a Oficial de Polícia

**Trabalho de Projecto do Mestrado em Ciências Policiais**  
XXII Curso de Formação de Oficiais de Polícia

# **Reflexões sobre a Atribuição da Competência de Investigação Criminal à PSP**

- Futuro da Investigação Criminal: modelo defendido -

Orientador:

**Dr. Pedro Fonseca**

LISBOA, 26 DE ABRIL DE 2010





**Estabelecimento de Ensino**

Instituto Superior de Ciências Policiais e  
Segurança Interna

**Curso**

XXII Curso de Formação de Oficiais de  
Polícia

**Orientador**

Dr. Pedro Fonseca

**Tema**

Reflexões sobre a Atribuição da  
Competência de Investigação Criminal à  
PSP

**Autor**

Joel Filipe Sá de Oliveira  
- Aspirante a Oficial de Polícia -

**Local de Edição**

Lisboa

**Data de Edição**

Abril de 2010

## Dedicatória

---

Em primeiro lugar:

*Ao meu camarada e amigo Antunes, que Deus te tenha em bom lugar.*



Em segundo lugar:

*Aos meus Pais, aos quais devo muito.*

*À minha irmã e cunhado.*

*À minha Avó Lita.*

*À minha "mulher" Xana.*

*E em especial a ti Afonso, meu filho.*

# Índice

---

Dedicatória.....	I
Índice .....	II
Agradecimentos .....	IV
Resumo .....	VI
Lista de siglas .....	VII
Introdução .....	9
Capítulo I.....	10
Investigação Criminal na PSP: das origens à actualidade .....	10
1.    Conceito de Investigação Criminal .....	10
2.    Evolução da Investigação Criminal .....	14
2.1. Primeira alusão à Investigação Criminal e as Brigadas de Costumes ou à Civil ..	14
2.2. Secções de Inquéritos .....	15
2.3. Brigadas Anticrime.....	15
2.4. BAC, BIC e SIC – NEP OPSEG/DEPOP/04/02 .....	16
2.5. Equipas de Inspeção Judiciária .....	18
3.    Estrutura actual da Investigação Criminal.....	19
3.1. Departamento de Investigação Criminal .....	25
Capítulo II.....	27
A Doutrina e a Jurisprudência em redor da Investigação Criminal na PSP .....	27
1.    Origem da Investigação Criminal – DL n.º 81/95 .....	27
2.    LOIC – Lei n.º21/00, de 10 de Agosto – atribuição de competências específicas ..	29
3.    A nova LOIC – Lei n.º 49/08, de 27 de Agosto .....	31
Capítulo III .....	35
Objectivo Fulcral da Investigação Criminal .....	35
1.    A Prova.....	35
1.1. Proibições de Prova .....	38
1.2. Meios de Prova .....	39
1. 3. Meios de Obtenção de Prova .....	44
Capítulo IV .....	49
O futuro da Investigação Criminal: modelo defendido .....	49
1.    Modelos portugueses .....	49
2.    Modelos europeus.....	50
3.    Um quadro actual de ineficácia, ineficiência e desperdício .....	51
4.    Modelo defendido: um Corpo Nacional de Investigação Criminal .....	53
Conclusão .....	63
Bibliografia.....	65

*“O êxito não se consegue só com qualidades especiais. É sobretudo um trabalho de constância, de método e de organização.”*  
**J.P. Sergent**

## Agradecimentos

---

A elaboração desta Dissertação, bem como o êxito decorrente deste Curso, ao longo de cinco anos, não seriam possíveis, nem exequíveis, sem a orientação, colaboração, auxílio, amparo, inspiração e força que certas pessoas me forneceram. A estas agradeço e reconheço, de forma solene, toda a ajuda e, retribuo, de forma singela, com as minhas humildes e sinceras palavras.

Em primeiro lugar, como não podia deixar de ser, ao meu genial Orientador, **Dr. Pedro Fonseca**, por ter aceite, amavelmente, ser meu mentor nesta Dissertação. Não faço este elogio por obrigação ou por parecer bem, mas sim, por todo o apoio incondicional, pela transmissão dos seus vastos conhecimentos, pelo seu pensamento futurista e pelas horas que perdeu ao impulsionar-me na realização deste trabalho.

À minha **Família**, dos quais destaco:

- O meu ídolo, de sempre e para sempre, o meu **Pai** – que me ajudou ao longo da minha vida. Ao qual não consigo, nem nunca conseguirei, agradecer de forma justa;

- A minha **Mãe** – por todo o apoio incondicional no decorrer da minha existência e por me moldar, como pessoa, ao longo de vários anos;

- A minha **Irmã** – que sempre foi, apesar de não se notar, mais que uma irmã;

- A minha segunda mãe, a minha **Avó Zita** – que lhe agradeço por tudo o que me fez e me faz.

À **Xana**, por me ouvir, amparar nos momentos difíceis e abdicar de muita coisa por mim. Foste a minha fonte de forças, mesmo quando a minha preguiça era gigantesca.

Ao **Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna** pela formação e acolhimento, e por me tornarem possível a realização de um sonho.

Aos meus amigos, camaradas e conhecidos do **XXII CFOP** (o melhor Curso de sempre) que me mostraram atitudes de valor e companheirismo, bem como, situações negativas (que tanto nos fazem crescer...).

Ao “**Núcleo Duro**”, que me proporcionou a vivência de bons e inesquecíveis momentos. Foram os meus verdadeiros amigos, sem nunca mostrarem inveja ou falsidade. Vocês sabem quem são...

A ti meu amigo **Sérgio Antunes**, por me ajudares, por me corrigires, por me acompanhares e me encobrires ao longo desta formação de cinco longos anos. Um “pequeno” grande Homem que tenho o orgulho de trazer dentro de mim... Nunca me esquecerei de ti “Máquina”, por tudo...!

Ao **Inspector-Chefe Renato**, por me ter ajudado na rectificação inicial do trabalho.

Aos **Subcomissários Pita dos Santos e Humberto Gaspar**, por me terem aturado ao longo deste ano nas vossas Esquadras e por me terem ensinado e transmitido conhecimentos teórico-práticos, importantíssimos, de como ser um bom Oficial de Polícia.

E, por fim, ao meu filho **Afonso**, por ser a minha jóia e a minha inspiração!!!

O meu OBRIGADO!

## Resumo

---

O objectivo deste trabalho versa demonstrar de uma forma abrangente e clara a Investigação Criminal na PSP, bem como as patologias que a Investigação apresenta a nível nacional.

Assim sendo, é exposta toda uma contextualização histórica da Investigação Criminal, no seio da *mui nobre* Polícia de Segurança Pública, bem como, a sua génese, com recurso ao quadro legal que vigorou e vigora em Portugal.

A Prova, enunciada no actual Direito Processual Penal, tem um papel determinante neste estudo, de forma a elucidar os mais leigos que esta é, nada mais, nada menos, que o objectivo fulcral da Investigação.

Para findar, é explanado o modelo defendido, Corpo Nacional de Investigação Criminal, como forma de minorar e extinguir com as discrepâncias, ineficiências e desperdícios que a Investigação Criminal retém no seu meio e actual sistema, a nível nacional.

**Palavras-chave:** Investigação Criminal; Polícia de Segurança Pública; Corpo Nacional de Investigação Criminal; Órgão de Polícia Criminal; Lei de Organização da Investigação Criminal



## Lista de siglas

---

**AJ** – Autoridade Judiciária  
**BAC** – Brigadas Anticrime  
**BIC** – Brigadas de Investigação Criminal  
**BSP** – Brigadas de Serviço Permanente  
**CEDH** – Convenção Europeia dos Direitos do Homem  
**CMDTE** – Comandante  
**CNIC** – Centro Nacional de Investigação Criminal  
**CP** – Código Penal  
**CPP** – Código Processo Penal  
**CRP** – Constituição da República Portuguesa  
**DCITE** – Departamento Central de Investigação ao Tráfico de Estupefacientes  
**DEPIPOL** – Departamento de Informações Policiais  
**DGA** – Direcção Geral das Alfândegas  
**DL** – Decreto-Lei  
**DN/PSP** – Direcção Nacional da Polícia de Segurança Pública  
**DUDH** – Declaração Universal dos Direitos do Homem  
**EIC** – Esquadras de Investigação Criminal  
**EIJ** – Equipas de Inspeção Judiciária  
**FS** – Força de Segurança  
**GAC** – Gabinete de Apoio ao Comando  
**GNR** – Guarda Nacional Republicana  
**IC** – Investigação Criminal  
**IML** – Instituto de Medicina Legal  
**ISPJCC** – Instituto Superior de Polícia Judiciária e Ciências Criminais  
**LOIC** – Lei de Organização da Investigação Criminal  
**LPC** – Laboratório de Polícia Científica  
**MAI** – Ministério da Administração Interna  
**MP** – Ministério Público  
**NIC** – Núcleos de Investigação Criminal  
**NEP** – Norma de Execução Permanente  
**NUIPC** – Número Único de Identificação de Processo-Crime

**OPC** – Órgão de Polícia Criminal  
**PIDCP** – Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos  
**PGR** – Procuradoria-Geral da República  
**PJ** – Polícia Judiciária  
**PSP** – Polícia de Segurança Pública  
**SAG** – Secção de Apoio Geral  
**SEF** – Serviço de Estrangeiros e Fronteiras  
**SRE** – Secção de Registos  
**SIC** – Secções de Investigação Criminal  
**SICOP** – Sistema de Cooperação Operacional  
**SIIC** – Sistema Integrado de Informação Criminal  
**SG-SISI** – Secretário-Geral do Sistema Integrado de Segurança Interna  
**ULIC** – Unidade Local de Investigação Criminal  
**UNCTE** – Unidade Nacional de Combate ao Tráfico de Estupefacientes  
**UMIC** – Unidade Metropolitana de Investigação Criminal  
**UPN** – Unidade de Pesquisa de Notícias  
**UPT** – Unidade de Polícia Técnica  
**URIC** – Unidade Regional de Investigação Criminal



## **Introdução**

---

O mundo em que hoje vivemos, resultado de assinaláveis alterações socioculturais, tem originado um registo acentuado nas mudanças significativas do fenómeno criminoso e que escapam, muitas vezes, à observação imediata dos menos atentos.

Para combater com eficácia estas novas/renovadas manifestações de criminalidade, cada vez mais sofisticadas, por vezes opacas e imunes aos métodos tradicionais de investigação, teremos, necessariamente, que compreender como surgem e se desenvolvem, que ligações estabelecem, que fins visam, que consequências produzem e que danos provocam.

Este trabalho não tem como finalidade explicar quais as metodologias de investigação criminal, mais adequadas, para combater este fenómeno, mas sim, expor a situação da Investigação Criminal no seio da Polícia de Segurança Pública, bem como, quiçá, o futuro da realidade investigatória em Portugal.

A génese abarca um adequado enquadramento, onde se abordam algumas questões fundamentais, do ponto de vista histórico e do quadro legal transacto e vigente.

Será exposto, igualmente, o objectivo central da Investigação Criminal, a Prova do Direito Processual Penal, como fonte essencial do saber investigatório.

Por fim, a Dissertação culminará com a apresentação do modelo defendido – Corpo Nacional de Investigação Criminal, após um estudo exaustivo de modelos portugueses e europeus, de ineficácias, ineficiências e desperdícios.

É neste contexto que damos a conhecer esta estrutura que se pretende inovadora e inédita, com a profunda convicção de que será a mais adequada, do nosso ponto de vista. Porém, é no seu todo um estudo, simples e modesto.



## Capítulo I

### Investigação Criminal na PSP: das origens à actualidade

---

#### 1. Conceito de Investigação Criminal

Não poderíamos iniciar esta Dissertação sem dissecarmos, primeiramente, o significado da locução Investigação Criminal. No entanto, é importante fragmentar esta expressão e explanar o seu significado e origem. A palavra investigação deriva do latim *investigatióne*, que designa “1. acto ou efeito de investigar; inquirição; indagação / 2. estudo ou série de estudos aprofundados sobre determinado tema, numa área científica ou artística; pesquisa”<sup>1</sup>.

Na perspectiva de Hermann Mannheim, a investigação é definida como “o uso de processos padronizados e sistemáticos destinado a atingir o conhecimento (...) diz respeito, primariamente, à descoberta dos factos, concebidos no sentido mais amplo da palavra, e se nos puder levar a uma melhor compreensão e valoração dos factos observados, tanto melhor”<sup>2</sup>.

A investigação, segundo Manuel Valente, é “a acção dirigida sobre o rasto, a peugada, e que levou à tradução de acto de pesquisar, de indagar, de investigar (...) É um olhar inquiridor sobre os vestígios deixados e os rastos não apagados de forma a que se chegue a uma verdade, a um conhecimento (...) A investigação deverá preocupar-se com o encontro de provas e contraprovas, funções adjuvantes na reformulação de hipóteses e na preparação de novos passos necessários à prossecução deste “...infindável processo de reajustamento entre a teoria e a hipótese...” e o caso concreto, o motivo da pesquisa”<sup>3</sup>.

Com base no art.º 37 n.º1 da C.R.P, “todos têm o direito de exprimir e divulgar livremente o seu pensamento pela palavra, pela imagem ou por qualquer meio, bem como o direito de informar, de se informar e de ser informados sem impedimentos nem discriminações”, um cidadão pode investigar “livremente qualquer facto, tendo como única

---

<sup>1</sup> Infopédia, Enciclopédia e Dicionários Porto Editora, Dicionário da Língua Portuguesa [www.infopedia.pt/lingua-portuguesa/investigacao](http://www.infopedia.pt/lingua-portuguesa/investigacao) (acedido em Fevereiro de 2010).

<sup>2</sup> HERMANN MANNHEIM, *Criminologia Comparada*, Tradução de J. F. Faria Costa e Manuel Costa Andrade Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1984, Vol. I, p. 117.

<sup>3</sup> MANUEL VALENTE, *A investigação criminal como motor de arranque do processo penal*, in Polícia Portuguesa, Ano LXIII, 2ª série, N.º 122, Mar/Abr, 2000, p. 2.



fronteira a da legalidade do seu comportamento”<sup>4</sup>.

Por outro lado, o vocábulo criminal provém do latim *criminále* e é o adjetivo uniforme da palavra crime. Desta maneira, o termo crime é “o conjunto de pressupostos de que depende a aplicação ao agente de uma pena ou de uma medida de segurança criminais”<sup>5</sup>.

Num contexto mais prático e na perspectiva do Curso de Policiamento de Proximidade, a palavra crime é “uma experiência traumática, negativa e súbita que nalguns casos envolve violência que causa danos psicológicos e físicos num ser humano”<sup>6</sup>.

Se tivermos em atenção o sentido jurídico-penal, diz-se que o crime “corresponde a uma conduta por acção ou omissão, típica, ilícita, culposa e punível”<sup>7</sup>.

Tendo sido analisados os vocábulos constituintes da expressão Investigação Criminal, cabe explicar o seu significado no conjunto.

“A investigação criminal, numa visão restritiva e clássica, visa descobrir, recolher, conservar, examinar e interpretar as provas reais – objectos utilizados na prática do crime e objectos do próprio crime –, assim como localizar, contactar e apresentar as provas pessoais – autores e testemunhas do crime – que conduzam ao esclarecimento da verdade material dos factos que consubstanciam a prática de um crime”<sup>8</sup>.

Numa óptica metodológica, contígua a um horizonte clássico de criminologia, H. Mannheim considera a investigação criminal “um processo padronizado e sistemático destinado a atingir o conhecimento”<sup>9</sup>.

Na perspectiva de José Vidal, a investigação criminal “é uma actividade essencialmente técnica, servida por meios científicos diversificados. Para alguns, os mais dotados e talentosos, poderá constituir uma arte feita de instintos, conhecimentos científicos e experiência”<sup>10</sup>.

Nesta mesma vertente, Dário Prates entende que a investigação criminal “é o conjunto de técnicas e procedimentos legalmente admitidos e utilizados de uma forma

<sup>4</sup> FRANCISCO OLIVEIRA, *A defesa e a investigação do crime*, Almedina, 2008.

<sup>5</sup> Art.º 1º, al. a) do CPP.

<sup>6</sup> CARLA GOMES COSTA, *Curso de Policiamento de Proximidade – Vitimação e Grupos de Risco*, Lisboa, 2008, slide n.º 3.

<sup>7</sup> ALBERTO PEIXOTO, *Como Lidar Com a Insegurança na Escola?*, Edições Macaronésia, Ponta Delgada, 2007, p. 26.

<sup>8</sup> MANUEL VALENTE, *Teoria Geral do Direito Policial*, Almedina, Coimbra, 2009, pp. 319 e 320.

<sup>9</sup> HERMANN MANNHEIM, *Criminologia Comparada*, F. Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1984, Vol I., p. 118 e segs.

<sup>10</sup> JOSÉ MARQUES VIDAL, *Justiça em Crise?*, Quetzal, 2004.



sistemática e metódica no sentido da descoberta de factos materiais penalmente relevantes e sua reconstituição histórica. Procurando dar resposta a perguntas ditas de “ouro” que superintendem a investigação: O QUÊ, ONDE, QUANDO, COMO, PORQUÊ E QUEM”<sup>11</sup>.

Concomitantemente, a Lei 49/2008 de 27 de Agosto (nova Lei de Organização da Investigação Criminal), no seu artº.1, define que “a investigação criminal compreende o conjunto de diligências que nos termos da lei processual penal, se destinam a averiguar a existência de um crime, determinar os seus agentes e a sua responsabilidade e descobrir e recolher as provas, no âmbito do processo”. A definição anteriormente referida tem muitas semelhanças com o n.º 1 do art. 262.º do CPP, relativo à finalidade e âmbito do inquérito, que enuncia que o mesmo “compreende o conjunto de diligências que visam investigar a existência de um crime, determinar os seus agentes e a responsabilidade deles e descobrir e recolher as provas, em ordem à decisão sobre acusação”.

## **1.1 A Investigação Criminal e o Inquérito**

Compreende-se assim que a investigação criminal, conforme o anteriormente explanado, tem um aspecto mais amplo que o inquérito, isto é, a investigação criminal dá-se ao longo de todo o processo (“...no âmbito do processo.”), enquanto que, o inquérito circunscreve-se, unicamente, ao dever do Ministério Público deduzir ou não acusação (“...em ordem à decisão sobre acusação.”). Entende-se, portanto, que a Investigação Criminal é “uma actividade que se desenvolve desde a notícia do crime até à sentença transitada em julgado”<sup>12</sup> e que a fase do Inquérito inicia-se com base na obtenção da notícia da prática de um crime. A aquisição da notícia do crime pode ser adquirida pelo MP “por conhecimento próprio, por intermédio dos órgãos de polícia criminal ou mediante denúncia”<sup>13</sup>. O conhecimento próprio a que se refere o artigo “é antes de mais o conhecimento directo, aquele que é obtido de forma imediata, por percepção sensorial dos

<sup>11</sup> DÁRIO PRATES, *Aulas de Investigação Policial*, disciplina ministrado no 4.º ano do Curso de Formação de Oficiais de Polícia do Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, ano lectivo de 2008/2009, Lisboa, 2009.

<sup>12</sup> MANUEL VALENTE, *Aulas de Técnicas de Serviço Policial*, disciplina ministrado nos 3.º e 4.º anos do Curso de Formação de Oficiais de Polícia do Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, ano lectivo de 2007/2009, Lisboa, 2007-2009.

<sup>13</sup> Art.º 241º do CPP.



factos constitutivos do crime (...), ou indirecto, através do rumor público, de informação reservada (...), as notícias anónimas e as difundidas pelos meios de comunicação social”<sup>14</sup>.

A notícia do crime que é adquirida pelos OPC pode ser conforme:

- o art.º55 n.º2 do CPP, “competem em especial aos órgãos de polícia criminal, mesmo por iniciativa própria, colher notícia dos crimes”;

- o art.º242 n.º1 a) do CPP, “a denúncia é obrigatória (...) para as entidades policiais, quanto a todos os crimes de que tomarem conhecimento”.

Assim, esta forma de aquisição da notícia do crime é, impreterivelmente, transmitida ao MP, porquanto, “sempre que uma autoridade judiciária, um órgão de polícia criminal ou outra entidade policial presenciarem qualquer crime de denúncia obrigatória”<sup>15</sup>, compete-lhes “levantar ou mandar levantar auto de notícia”<sup>16</sup>. Existindo, igualmente, a denúncia facultativa que permite que “qualquer pessoa que tiver notícia de um crime pode denunciá-lo ao Ministério Público, a outra autoridade judiciária ou aos órgãos de polícia criminal”<sup>17</sup>. Posto isto, o MP, depois de tomar conhecimento da notícia do crime, tenta apurar a sua veracidade e, caso se confirme, este promove o processo abrindo o inquérito como entidade competente<sup>18</sup>. “O inquérito inicia-se precisamente por um acto do MP a determinar a sua abertura; este despacho é o primeiro acto do procedimento e sem ele o processo é juridicamente inexistente”<sup>19</sup>.

<sup>14</sup> GERMANO MARQUES DA SILVA, *Curso de Processo Penal*, Editorial Verbo, 4.ª Ed., Lisboa/S. Paulo, 2000, Vol. III, p. 53.

<sup>15</sup> Art.º 243º do CPP.

<sup>16</sup> Art.º 243º do CPP.

<sup>17</sup> Art.º 244º do CPP.

<sup>18</sup> Art.º 48º do CPP - “O Ministério Público tem legitimidade para promover o processo penal”.

<sup>19</sup> GERMANO MARQUES DA SILVA, *op cit.*, Vol. III, p. 61.



## 2. Evolução da Investigação Criminal

### 2.1. Primeira alusão à Investigação Criminal e as Brigadas de Costumes ou à Civil

A Investigação Criminal na PSP teve a sua primeira alusão, por volta de 1966 e, foi evoluindo de um simples conceito para uma organização implementada no seio da PSP, com bastante sucesso.

A primeira menção à Investigação Criminal, como já referi, remonta ao ano de 1966, quando o Tenente-Coronel Pedro de Barcelos publicou um texto na Revista Polícia Portuguesa, onde refere alguns parâmetros de como deverá ser o perfil dos investigadores e suas características essenciais<sup>20</sup>. Porém, esta referência não tem grande relevância, pois não há qualquer informação sobre a criação de qualquer organização com base neste artigo.

Depois de uma busca incessante quanto à história da investigação criminal na PSP, verifica-se que, por volta dos anos 70, são criadas as brigadas denominadas de costumes ou à civil e, posteriormente, de fiscalização<sup>21</sup>. É de salientar que estas brigadas, sem qualquer formação e coordenação, estavam sob a alçada do Comandante de Esquadra e “desenvolviam a sua actividade no âmbito da prevenção criminal, embora actuando de forma descaracterizada não realizavam investigação criminal”<sup>22</sup>. A actividade de prevenção criminal que estes elementos desenvolviam tinha como objectivo “reduzir as oportunidades para a prática de crime, sem considerar os criminosos ou os potenciais criminosos”<sup>23</sup>. Nos dias de hoje, ainda existem elementos com a mesma função em certas Esquadras Policiais, que são intitulados de Saltos, tendo como principais funções prevenir o crime e deterem indivíduos em flagrante delito.

---

<sup>20</sup> RICARDO FERREIRA, *A Investigação Criminal na PSP - Contributo para a sua estrutura e organização*, Tese de Licenciatura em Ciências Policiais, Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, 2001, p. 13.

<sup>21</sup> BRUNO ALVES, *A Investigação Criminal na PSP: Contributo para um melhor desempenho policial*, Tese de Licenciatura em Ciências Policiais, Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, 2005, p. 34.

<sup>22</sup> PICA SANTOS, *Evolução e Perspectivas de Futuro da Investigação Criminal na PSP (Reflexões)*, Estudos de Homenagem ao Professor Doutor Artur Anselmo, Edições Almedina, Coimbra, Maio, 2008, p. 566.

<sup>23</sup> CARLOS FERREIRA, *A Globalização dos Novos Modelos de Policiamento*, Tese de Licenciatura em Ciências Policiais, Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, 2000, p. 15.





## 2.2 Secções de Inquéritos

Posteriormente, surgem as Secções de Inquéritos, com a Ordem de Serviço do COMETLIS n.º38, de 24 de Janeiro de 1993. Estas secções destinaram-se a assegurar as diligências no âmbito de inquéritos que eram delegados na PSP<sup>24</sup>, não realizando investigação criminal pura e dura<sup>25</sup>. Estas Secções careciam de autonomia técnica e tática, o que os tornava meros colaboradores do aparelho judiciário<sup>26</sup>.

## 2.3. Brigadas Anticrime

No ano de 1995, aquando do surgimento do DL n.º 81/95, de 22 de Abril, são criadas as Brigadas Anticrime<sup>27</sup> “no seio da PSP e da GNR e de unidades de coordenação e intervenção conjunta”<sup>28</sup>, na qual integrava a PSP, GNR, SEF e DGA, sob a coordenação e direcção estratégica e tática da PJ<sup>29</sup>. Este Decreto-Lei vem dotar a PSP, mais concretamente as BAC, de competências para a prevenção e investigação criminal no âmbito do tráfico de estupefacientes e substâncias psicotrópicas, como sendo “unidades especiais com competência específica em matéria de prevenção e investigação do tráfico de substâncias estupefacientes ou psicotrópicas”<sup>30</sup>. A fundação destas Brigadas adveio do aumento do tráfico/consumo de estupefacientes a nível nacional e de “uma permanente adequação das soluções legislativas e operacionais tendo em vista a respectiva eficácia”<sup>31</sup>.

É necessário mencionar que houve outro fundamento relevante para a criação das BAC, a saber: o “reconhecimento da preparação e da vocação que a PSP vinha demonstrando nesta área”<sup>32</sup>. Aludindo, ainda, a estas Brigadas, elas deveriam estar

<sup>24</sup> Circular 8/87, revogada pela Directiva da PGR n.º1/2002, de 4 de Abril, que delegava na PSP a competência para a investigação criminal, nas comarcas de Lisboa, Porto e Coimbra, dos crimes que lhe fossem denunciados e que não pertenciam à competência da PJ.

<sup>25</sup> BRUNO ALVES, *op.cit.*, p. 35.

<sup>26</sup> RUI MASSANEIRO, *Gestão do Local do Crime: Perspectiva e Abordagem do Primeiro Elemento Policial*, Tese de Licenciatura em Ciências Policiais, Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, 2009, pp. 7-8.

<sup>27</sup> Art.º 5º, n.º 2 e 3, do DL n.º 81/95.

<sup>28</sup> PICA SANTOS, *op.cit.*, p. 567.

<sup>29</sup> RUI MASSANEIRO, *op.cit.*, p. 8.

<sup>30</sup> Art.º 5º, n.º 1, do DL n.º 81/95.

<sup>31</sup> Preâmbulo do DL n.º 81/95.

<sup>32</sup> PICA SANTOS, *op.cit.*, p. 567.



sedeadas e subordinadas a cada Comando Metropolitano, Comando Regional e Comando de Polícia da PSP<sup>33</sup>.

“Através das alterações do art.º 57º do Dec.-Lei n.º15/93, operada pelo art.º 1º do DL n.º81/95, atribui-se à PSP a competência para a investigação dos crimes de tráfico (art.º 21º do DL n.º15/93), quando ocorram situações de distribuição directa aos consumidores, traficante-consumidor (art.º 26º), incitamento ao uso de estupefacientes ou substâncias psicotrópicas (art.º 29º), de tráfico e consumo em locais públicos ou de reunião (art.º 30), abandono de seringas (art.º 32º), desobediência qualificada (art.º 33º) e o cultivo destas substâncias para consumo (art.º 40º, conjugado com o art.º28º da Lei 30/2000)”<sup>34</sup>. A distribuição da competência para a investigação dos crimes tipificados no DL n.º 15/93 aos órgãos de polícia criminal de competência genérica (entre os quais a PSP), deve-se à entrada em vigor do DL 81/95, que altera o art.º57 do Dec. Lei n.º 15/93<sup>35</sup>.

## **2.4. BAC, BIC e SIC – NEP OPSEG/DEPOP/04/02**

Posteriormente, a 22 de Março de 2000, cinco anos após a criação das BAC, foi publicada a NEP OPSEG/DEPOP/04/02, sobre a organização e funcionamento das Brigadas Anticrime (BAC), Brigadas de Investigação Criminal (BIC) e Secções de Investigação Criminal (SIC), no dispositivo da PSP, com o intuito de definir e uniformizar uma agregação de normas e procedimentos relativos a estas unidades<sup>36</sup>. Deve-se destacar que apesar de já se referenciar as Brigadas de Investigação Criminal e as Secções de Inquérito nesta NEP, estas passam a ser aplicadas, em sentido objectivo, tendo por base a Circular da PGR n.º 9/99, de 15 de Julho, que atribuía a delegação de competências em matéria de investigação, às Comarcas de Lisboa, Porto, Coimbra e Faro, para crimes cuja pena de prisão não excedesse 3 anos ou pena não privativa da liberdade e na área de competência territorial<sup>37</sup>. Conforme a NEP OPSEG/DEPOP/04/02, esta estabelecia que:

- As BAC tinham por missão a prevenção e investigação de alguns crimes de droga, previstos no DL. N.º81/95 de 22 de Abril, e a instrução dos respectivos inquéritos;

<sup>33</sup> Art.º 5º, n.º 3, DL n.º 81/95.

<sup>34</sup> RUI MASSANEIRO, *op.cit.*, pp. 8-9.

<sup>35</sup> PICA SANTOS, *op. cit.*, p. 568.

<sup>36</sup> PICA SANTOS, *op. cit.*, p. 569.

<sup>37</sup> BRUNO ALVES, *op. cit.*, p. 36.



- As BIC privilegiavam a prevenção, repressão e investigação da criminalidade que mais se revela ao nível do sentimento de insegurança dos cidadãos, tais como o furto de e em viaturas, furtos em residências e estabelecimentos comerciais, vandalismo, entre outros;

- As SIC realizavam a instrução dos inquéritos criminais de menor gravidade, que lhes fossem delegados pela Autoridade Judiciária<sup>38</sup>.

No que respeita à organização destes serviços, a mesma era distinta conforme o tipo de Comando. “Nos Comandos Metropolitanos as BAC e BIC existiam apenas ao nível das divisões integradas, divisões destacadas e esquadras destacadas (...) Nos Comandos Regionais existiam nas divisões/secções das sedes dos comandos equiparados e nas esquadras destacadas (...) e nos Comandos de Polícia existiam nas divisões/secções das sedes dos comandos, divisões destacadas e esquadras destacadas”<sup>39</sup>.

A NEP OPSEG/DEPOP/04/02, em termos orgânicos, enquadra a Investigação Criminal na PSP, da seguinte forma:

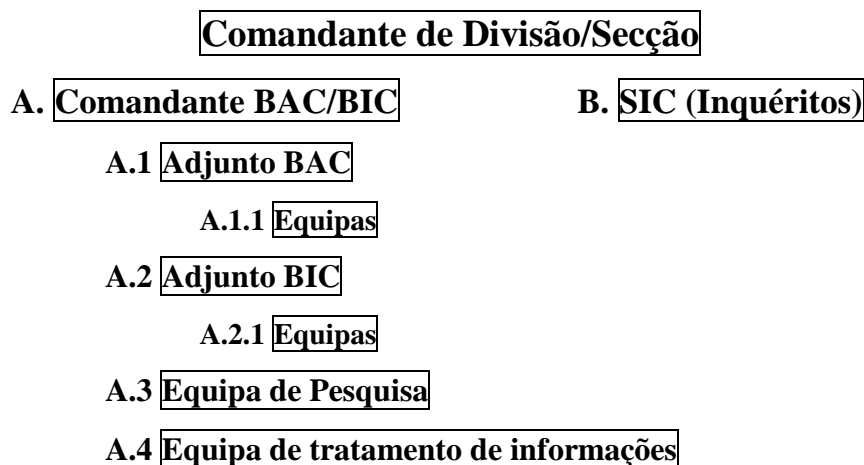


Figura n.º 1 – Modelo Organizacional da Investigação Criminal<sup>40</sup>

Assim sendo, o Comandante de Divisão/Secção chefiava o Comandante das BAC/BIC e a Secção de Investigação Criminal. Por sua vez, o Comandante das BAC/BIC tinha sob sua alçada os adjuntos das BAC e BIC, a equipa de pesquisa e a equipa de tratamento de informações. Para cessar a análise deste organigrama é de mencionar que os adjuntos das BAC/BIC dirigiam e coordenavam as suas respectivas equipas.

<sup>38</sup> PICA SANTOS, *op.cit.*, p. 569.

<sup>39</sup> VERA LOURENÇO, *Investigação Criminal – A Abordagem Inicial*, Módulo III, Torres Novas, 2008, p. 3.

<sup>40</sup> BRUNO ALVES, *op.cit.*, p. 37.



Este modelo findou a 4 de Agosto de 2003, com a aprovação do novo modelo organizacional da investigação criminal na PSP, através da Circular do DEPIPOL N.º 17/9, processo n.º 21.05, de 4 de Agosto de 2003<sup>41</sup>.

## **2.5. Equipas de Inspecção Judiciária**

No mesmo ano da publicação da NEP OPSEG/DEPOP/04/02, foi promulgada a NEP OPSEG/DEPIPOL/02/03, de 17 de Agosto de 2000, que veio determinar a criação das Equipas de Inspecção Judiciária (EIJ) para “uniformizar e coordenar os procedimentos relativos à inspecção de locais de crime, de pesquisa, assim como recolha de vestígios”<sup>42</sup>. Face ao aumento do fenómeno criminal de que a PSP tomava conhecimento diariamente e para os quais detinha competências investigatórias, bem como, as contínuas solicitações das Autoridades Judiciárias, levou a que se realizasse um protocolo<sup>43</sup> entre a PJ e a PSP, no qual se depreendeu que era obrigatório “ (...) total eficácia na gestão de um sistema centralizado e automatizado de tratamento e registo de impressões latentes”<sup>44</sup>. Em virtude disto, a PSP progrediu no sentido de desenvolver a integralidade da sua investigação criminal, pois ganhou capacidade de acção no que respeita à pesquisa e recolha de vestígios no *locus delicti commissi*<sup>45</sup>, arrecadando autonomia na realização de tais inspecções<sup>46</sup>. A NEP, anteriormente referida, vem corporalizar as EIJ no que respeita às suas finalidades, âmbito, procedimentos, conteúdo funcional, enquadramento legal, comando e coordenação operacional, regime de serviço, distribuição geográfica, recrutamento, selecção e formação do pessoal integrante e relatórios e formulários a elaborar<sup>47</sup>. Concluindo, as EIJ cumprem todas as acções de inspecção e identificação judiciária do quadro de competências da PSP e em relação aos crimes que tomem conhecimento, ou por determinação da Autoridade Judiciária, competindo-lhes designadamente:

<sup>41</sup> VERA LOURENÇO, *op.cit.*, Módulo III, p. 4.

<sup>42</sup> RUI MASSANEIRO, *op.cit.*, p. 15.

<sup>43</sup> Em 14 de Junho de 2000.

<sup>44</sup> Redacção do Protocolo de Acordo entre a PSP e a PJ, datado de 14 de Junho de 2000.

<sup>45</sup> Wikcionário, Dicionário Universal de Conteúdo Livre, <http://pt.wiktionary.org/wiki/locus> (acedido em Março de 2010).

<sup>46</sup> PICA SANTOS, *op.cit.*, p. 570.

<sup>47</sup> BRUNO ALVES, *op.cit.*, p. 38.



- a) Inspecção de locais de crime para efeitos de pesquisa e recolha de vestígios lofoscópicos e outros;
- b) Preservação de vestígios e de locais de crime, quando em razão da competência os mesmos devam ser inspeccionados pela PJ;
- c) Limitação de acessos ao local do crime ou a objectos que tenham servido ou resultado da sua prática ou a áreas reservadas em razão da preservação de vestígios e/ou indícios;
- d) Encaminhamento dos vestígios recolhidos para as Directorias e Inspecções da PJ (actuais Departamentos de Investigação Criminal) e correspondente recepção e encaminhamento dos resultados;
- e) Recolha de impressões digitais e/ou palmares a arguidos e/ou detidos, para efeitos de identificação judiciária e a suspeitos e/ou ofendidos no âmbito processual penal;
- f) Inspecção de veículos ou outros artefactos, objectos de crime ou que tenham servido à sua prática<sup>48</sup>.

As supracitadas Normas de Execução Permanente tornaram-se pioneiras ao abarcar a uniformização da estrutura da investigação criminal na PSP, a nível Nacional, tentando anular as discrepâncias que até então existiam nas suas Unidades Territoriais<sup>49</sup>.

De uma forma esclarecedora e sucinta, estão apresentados os primeiros passos da Investigação Criminal no seio da honrada Polícia de Segurança Pública.

### 3. Estrutura actual da Investigação Criminal

Como se refere no parâmetro n.º2 deste Capítulo, não havia nada definido em relação a uma estrutura única e compacta a nível nacional de Investigação Criminal, tendo cada Comando definido a estrutura conforme lhe convinha. Desta maneira, a DN/PSP decide, no ano de 2003, aprovar a criação de um subsistema de investigação criminal, que estabelece uma nova orgânica estrutural e define claramente todo o conteúdo funcional de cada unidade e serviço. Este novo modelo organizacional da investigação criminal, na PSP, foi implementado pela Circular do DEPIPOL n.º 17/9, processo n.º 21.05 de 4 de Agosto de

<sup>48</sup> NEP N.º OPSEG/DEPIPOL/02/03, de 17 de Agosto de 2000, p. 3

<sup>49</sup> PICA SANTOS, *op.cit.*, p. 570.



2003<sup>50</sup>.

A estrutura de investigação criminal, nas unidades territoriais da PSP, sedimenta-se em dois pilares: as Divisões de Investigação Criminal (DIC) e as Secções de Investigação Criminal (SIC), que assumem a direcção de toda a investigação criminal que lhes compete nas suas áreas de jurisdição<sup>51</sup>. Antes de mencionar toda a composição das DIC e SIC, importa referir que ao Comandante da DIC ou SIC, o responsável máximo da Divisão/Secção, cabe gerir e administrar todos os meios materiais e humanos, coordenar os diversos serviços e comandar acções policiais de elevada complexidade, anexas à mesma<sup>52</sup>.

Pelo exposto, as DIC e SIC são constituídas por Esquadras de Investigação Criminal (EIC), “cuja principal missão é o desempenho das funções específicas inerentes à actividade de investigação criminal dentro da sua área de actuação, competindo-lhe nomeadamente proceder à investigação dos inquéritos criminais, bem como, realizar actos processuais solicitados pelas autoridades judiciárias ou outras entidades competentes”<sup>53</sup>.

Por sua vez, as EIC são constituídas pelas Brigadas de Investigação Criminal (BIC) que investigam os crimes da sua competência e realizam a instrução dos inquéritos criminais que lhes são inerentes. Convém ressaltar que as BIC estão divididas consoante os tipos de crime - “generalidades dos crimes contra as pessoas, crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual, generalidades dos crimes contra o património, crimes económico-financeiros, burlas e falsificações, crimes de perigo comum, crimes de droga, crimes rodoviários e restantes crimes”<sup>54</sup>. Tudo porque se tem em vista acautelar a especialização dos investigadores e especificidades da investigação dos crimes<sup>55</sup>.

Nas Divisões e Secções de IC existem, ainda, estruturas de apoio à investigação com características operacionais e administrativas<sup>56</sup>. Na vertente operacional encontramos:

-Unidades Regionais de Informação Criminal, que são responsáveis pela análise de inquéritos e correspondente coordenação/conexão, fiscalização e acompanhamento das investigações, análise da evolução criminológica, elaboração de estudos e doutrina investigatória. Proceda ainda, à normalização do expediente e seu registo, coordenação e difusão dos pedidos de realização de actos processuais solicitados pelas Autoridades

<sup>50</sup> RUI MASSANEIRO, *op.cit.*, p. 15.

<sup>51</sup> PICA SANTOS, *op.cit.*, p. 570.

<sup>52</sup> Subsistema de Investigação Criminal de 23/01/2004, pp. 6-7.

<sup>53</sup> PICA DOS SANTOS, *op.cit.*, p. 570.

<sup>54</sup> RUI MASSANEIRO, *op.cit.*, p.16.

<sup>55</sup> PICA SANTOS, *op.cit.*, p. 571.

<sup>56</sup> RUI MASSANEIRO, *op.cit.*, p.16.

Judiciárias ou outras entidades competentes<sup>57</sup>;

-Unidade de Polícia Técnica, que exerce diversas valências inerentes a uma actividade marcadamente de polícia científica, nomeadamente, ao nível da recolha de vestígios nos cenários dos ilícitos penais, do controlo do estupefaciente apreendido, na área de fotografia criminal e gestão da sala de identificação<sup>58</sup>;

-Unidade de Pesquisa de Notícias, que tem como missão as funções associadas à recolha de notícias e elementos de informação considerados relevantes para a actividade da investigação criminal, bem como, proceder a operações de pesquisa encoberta, nomeadamente, vigilâncias e vigilâncias móveis<sup>59</sup>;

-Brigadas de Serviço Permanente, que são uma força de reacção responsável por apoiar o restante dispositivo policial e coordenar a gestão de locais de crime<sup>60</sup>.

Na vertente administrativa temos:

-Secção de Apoio Geral, que é responsável pela gestão administrativa em termos de recursos humanos e materiais da Divisão, fazendo não só o controlo das férias, faltas e licenças, como das requisições logísticas, promovendo, permanentemente, por garantir os meios materiais/logísticos necessários para as diversas actividades da Divisão<sup>61</sup>;

-Secção de Registo, que é responsável por centralizar, registar e gerir o expediente criminal, remetendo-o para as autoridades competentes, e registar, arquivar e encaminhar toda a correspondência destinada à DIC<sup>62</sup>.

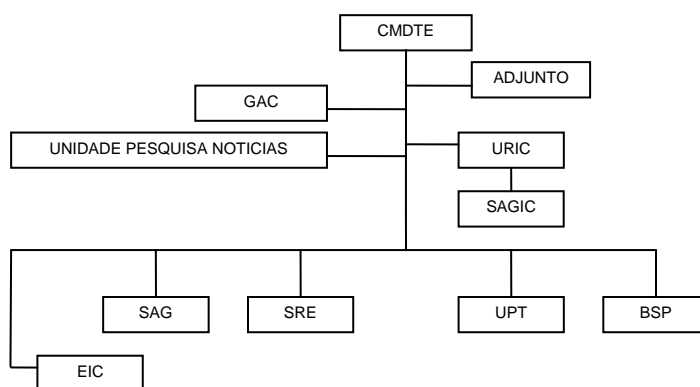


Figura n.º 2 – Estrutura de uma DIC/SIC<sup>63</sup>

<sup>57</sup> Subsistema de Investigação Criminal de 23/01/2004, pp. 7-8.

<sup>58</sup> Subsistema de Investigação Criminal de 23/01/2004, pp. 9-10.

<sup>59</sup> Subsistema de Investigação Criminal de 23/01/2004, p. 10.

<sup>60</sup> Subsistema de Investigação Criminal de 23/01/2004, pp. 8-9.

<sup>61</sup> Subsistema de Investigação Criminal de 23/01/2004, pp. 10-11.

<sup>62</sup> Subsistema de Investigação Criminal de 23/01/2004, p. 10.

<sup>63</sup> DÁRIO PRATES, *op.cit.*, Conteúdos, slide nº 81.

Nas EIC, para além das BIC, existem:

-BPC, que são responsáveis por constituir uma força de reacção e apoio ao restante dispositivo policial da EIC, assegurar a realização de *security vetting checks* (avaliações de segurança) nos diversos domínios e apoiar o Comandante noutras áreas ligadas à prevenção criminal<sup>64</sup>;

-ULIC, que possui missão idêntica à URIC, mas somente a nível da EIC<sup>65</sup>;

-Equipa de Apoio, que é responsável por realizar diligências de apoio à actividade das EIC, proceder ao atendimento público, referente à actividade da esquadra, dar cumprimento a notificações processuais na área da mesma e constituir-se como reserva operacional<sup>66</sup>.

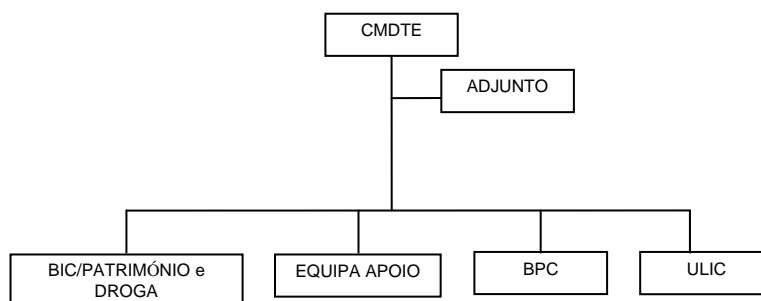


Figura n.º 3 – Estrutura de uma EIC<sup>67</sup>

No que concerne aos objectivos genéricos desta estrutura de investigação criminal, de acordo com a matéria leccionada por Dário Prates, os mesmos são:

-Resposta às novas competências atribuídas pela LOIC;

-Modelo integrado, sem por em causa a unidade de comando e tendo em consideração a disposição territorial;

-Proporcionar capacidade de intervenção imediata;

-Garantir a coordenação entre OPC's;

-Evitar o distanciamento entre o efectivo da IC e a realidade socio-criminal; e

-Garantir uma IC de proximidade.

Todavia, com a entrada em vigor do Despacho n.º 20-GDN-2009, ocorreram diversas alterações, das quais se destacam as seguintes:

-As Divisões de Investigação Criminal existem, somente, nos Comandos

<sup>64</sup> Subsistema de Investigação Criminal de 23/01/2004, pp. 14-15.

<sup>65</sup> Subsistema de Investigação Criminal de 23/01/2004, pp. 15-16.

<sup>66</sup> Subsistema de Investigação Criminal de 23/01/2004, p. 16.

<sup>67</sup> DÁRIO PRATES, *op.cit.*, Conteúdos, slide nº 82.





Metropolitanos de Lisboa e Porto;

-Nos Comandos Regionais e Distritais, passam a ser detentores da Investigação Criminal os NIC;

-Em virtude da desagregação da URIC, é constituída a UMIC<sup>68</sup> com as seguintes competências:

- a) Estudar e analisar a evolução da criminalidade na sua área de responsabilidade e propor as estratégias de prevenção e combate ao mesmo, de forma a estabelecer prioridades de acção policial, sem prejuízo do Núcleo de Informações Policiais;
- b) Elaborar planos de actividade operacional, de acordo com as necessidades operacionais;
- c) Analisar a eventual conexão de processos-crime em curso nos diferentes serviços de investigação criminal, propondo os necessários procedimentos;
- d) Identificar os processos-crime cuja investigação envolva ou deva envolver mais do que um serviço de investigação criminal, propondo os necessários procedimentos;
- e) Acompanhar, permanentemente, o desenrolar de todos os processos-crime cuja investigação tenha sido delegada na PSP;
- f) Coordenar e accionar operações conjuntas e conjugadas;
- g) Coordenar e accionar investigações convergentes ou separadas mas potencialmente convergentes;
- h) Elaborar, compilar e propor normas de procedimento operacional, metodologias e regras de investigação criminal, de carácter vinculativo, para as subunidades do Comando;
- i) Manter arquivo de toda a documentação técnica com interesse policial;
- j) Elaborar os diversos relatórios e mapas operacionais e estatísticos;
- k) Desenvolver as acções necessárias no quadro da cooperação policial, na sequência da descoberta de indicações em resultado da utilização dos sistemas de informação;
- l) Constituir-se como receptor das informações, designadamente, daquelas resultantes da actuação da Unidade de Polícia Técnica, no quadro de actuação definido superiormente;
- m) Registrar, arquivar e encaminhar toda a correspondência classificada

<sup>68</sup> Formada pela Secção de Análise de Informações Criminais – SAIC.

dirigida/remetida à/pela estrutura de investigação criminal;

n) Identificar e hierarquizar as necessidades de informações de acordo com as necessidades do Comandante da DIC;

o) Desenvolver e difundir os estudos analíticos aos órgãos e serviços que deles necessitem para o cumprimento das suas missões;

p) Proceder de forma sistemática à recolha, tratamento, análise e difusão de notícias a partir de fontes abertas;

q) Assegurar as medidas de segurança e contra-informação dentro da estrutura de Investigação Criminal;

r) Exercer as competências delegadas pelo Comandante de DIC.

-A criação, na área operacional, da Secção de Sistemas de Informação e Comunicações;

-Na área administrativa, são criadas a Secção Formação e a Secção de Escalas.

Face ao descrito, a Divisão de Investigação Criminal fica a ostentar o seguinte organigrama:



Figura n.º 4 – Organigrama da DIC

Da mesma forma, é indispensável expor no parâmetro n.º3 deste Capítulo, que as SIC deixam de existir com as alterações feitas no âmbito da reestruturação dos Comandos de



Polícia, a nível nacional, através da Lei que aprova a orgânica da PSP<sup>69</sup>.

Na Estrutura Actual da Investigação Criminal, é essencial referir que a sua Coordenação Nacional está dependente do Centro Nacional de Investigação Criminal (CNIC), enquadrado no Departamento de Informações Policiais da Direcção Nacional.

### **3.1. Departamento de Investigação Criminal**

O Departamento de Investigação da Direcção Nacional foi criado com a entrada em vigor da Lei n.º53/2007, de 31 de Agosto, que aprova a orgânica da Polícia de Segurança Pública, mais concretamente, com o art.º29 que identifica a área de investigação criminal como estando integrada na unidade orgânica de operações e segurança da PSP<sup>70</sup>

Na Portaria n.º383/2008, de 29 de Maio, este Departamento da DN é, igualmente, referido no seu art.º1, n.º1, al. e): “A Direcção Nacional da Polícia de Segurança Pública (DNPSPP) estrutura-se nas seguintes unidades nucleares: (...) e) Departamento de Investigação Criminal”. Por sua vez, o art.º6 do mesmo diploma vem enunciar as competências deste Departamento a nível de investigação criminal:

- a) Coordenar as vertentes processual e operacional da actividade da PSP;
- b) Apoiar tecnicamente, propondo e difundindo instruções, em especial relativamente a crimes de maior gravidade, complexidade ou dispersão territorial, que justifiquem a gestão concentrada da investigação;
- c) Contribuir para a formação inicial, de actualização, de aperfeiçoamento e especialização;
- d) Propor a doutrina e definir normas técnicas relativas à actividade de investigação criminal;
- e) Garantir o apoio às unidades e subunidades de polícia, ao nível da actividade de polícia técnica e do uso de meios centralizados;
- f) Assegurar a coordenação com outras entidades, designadamente em matéria de polícia científica.”

Por outro lado, o Departamento de Investigação Criminal da DN é dividido em duas

<sup>69</sup> Lei n.º 53/2007, de 31 de Agosto, art.º 48º e 49º.

<sup>70</sup> RUI MASSANEIRO, *op.cit.*, pp. 17-18.



estruturas distintas, a Divisão de Coordenação da Investigação Criminal e a Divisão de Polícia Técnica e Análise Criminal, conforme o exposto do art.º 1 n.º1 al. e) do Despacho n.º 19935/2008.

Desta forma, curta e concisa, finda-se o I Capítulo, onde se explanou todo o percurso histórico da Investigação Criminal na PSP, bem como, toda a estrutura que, nos dias de hoje, a norteia.



## Capítulo II

### A Doutrina e a Jurisprudência em redor da Investigação Criminal na PSP

---

#### 1. Origem da Investigação Criminal – DL n.º 81/95

Ao real génese da investigação criminal na PSP não se dá com a criação da Lei de Organização da Investigação Criminal (antiga Lei n.º21/2000) mas, com a redacção/conteúdo do art.º57 do DL n.º15/93, de 22 de Janeiro, através da publicação do DL n.º81/95, de 22 de Abril, que promove a criação das Brigadas Anticrime e Unidades Mistas. Da mesma maneira, pode-se pensar que, com a formação das Secções de Inquéritos, mediante a publicação da Circular n.º 8/87, a Investigação Criminal na PSP poderia ter aqui a sua origem. No entanto, a origem não se dá aqui pois, as Secções de Inquéritos não realizavam uma real investigação criminal, circunscreviam-se ao cumprimento de actos estanques de investigação<sup>71</sup>.

Com a entrada em vigor do DL n.º81/95, o método de combate ao tráfico e consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas modificou-se expressivamente. Este decreto-lei teve como ponto fulcral “alargar o leque das instituições empenhadas no combate directo à oferta e ao consumo, sem perder de vista a necessidade de, em atenção a razões de eficácia, continuar a atribuir à PJ funções de centralização informativa e de coordenação operacional”<sup>72</sup>. De uma forma directa atribuiu-se à PSP credibilidade investigatória, no que concerne ao combate deste tipo de tráfico.

Para isto, este DL concebeu as Brigadas Anticrime, definindo-as como sendo “unidades especiais com competência específica em matéria de prevenção e investigação do tráfico de substâncias estupefacientes ou psicotrópicas”<sup>73</sup>.

Deste modo, o DL n.º81/95 concedeu à PSP e à GNR competências para a investigação criminal dos crimes praticados nas respectivas áreas de jurisdição e quando

---

<sup>71</sup> BRUNO ALVES, *op.cit.*, p.12.

<sup>72</sup> FERREIRA LEITE, *A Acção Específica dos OPC e das Alfândegas na Prevenção e Investigação do Tráfico e Consumo de Drogas, DROGA – A Prevenção e a Investigação Criminal do Tráfico e do Consumo*, I Encontro Nacional de OPC, Gabinete de Planeamento e de Coordenação do Combate à Droga, Presidência do Conselho de Ministros, 1999, p. 139.

<sup>73</sup> Art.º 5.º, n.º 1, DL n.º 81/95.



lhes forem participados ou deles colherem notícia, especialmente<sup>74</sup>:

- “Tráfico e outras actividades ilícitas”, previsto e punido pelo art.º21 do DL n.º15/93;
- “Traficante-consumidor”, previsto e punido pelo art.º26 do DL n.º15/93;
- “Incitamento ao uso de estupefacientes ou substâncias psicotrópicas”, previsto e punido pelo art.º29 do DL n.º 15/93;
- “Tráfico e consumo em lugares públicos ou de reunião”, mencionado no art.º30 do DL n.º15/93;
- “Abandono de seringas”, previsto no art.º32 do DL n.º15/93;
- “Desobediência qualificada”, citado no art.º33 do DL n.º15/93; e
- “Consumo”, previsto e punido pelo art.º40 do DL n.º15/93.

O DL n.º81/95 atribuiu, também, competências à PSP e GNR no que toca à área da prevenção criminal<sup>75</sup>. Logo que, nas respectivas áreas de actuação e com vista à detecção de situações de tráfico e consumo de estupefacientes ou substâncias psicotrópicas, a PSP e a GNR têm a competência para vigiar os recintos predominantemente frequentados por grupos de risco<sup>76</sup>, bem como, vigiar e patrulhar as zonas usualmente referenciadas como locais de tráfico ou de consumo<sup>77</sup>.

Assim sendo, a PJ perdeu a competência exclusiva da investigação criminal do tráfico de estupefacientes e substâncias psicotrópicas e passou a ter um tipo de parceria com a PSP e GNR. Desta forma, a PJ, através da DCITE (com a actual nomenclatura de UNCTE), passou a deter, unicamente, competência para a investigação criminal dos seguintes crimes:

- “Tráfico e outras actividades ilícitas”, referido no art.º21 do DL n.º15/93;
- “Precusores”, previsto e punido pelo art.º22 do DL n.º15/93;
- “Abuso do exercício de profissão”, exposto no art.º27 do DL n.º15/93;
- “Associações Criminosas”, mencionado no art.º28 do DL n.º15/93; e
- Dos demais que lhe sejam participados ou de que colha notícia.<sup>78</sup>

Na prevenção criminal, este Organismo Policial deve prevenir a introdução e trânsito pelo território nacional de substâncias estupefacientes ou psicotrópicas<sup>79</sup>, bem como, prevenir a constituição de redes organizadas de tráfico interno dessas substâncias<sup>80</sup>.

<sup>74</sup> BRUNO ALVES, *op.cit.*, p. 13.

<sup>75</sup> Art.º 2º do DL n.º81/95.

<sup>76</sup> Art.º 2º, n.º2, al. a) do DL n.º81/95.

<sup>77</sup> Art.º 2º, n.º2, al. b) do DL n.º81/95.

<sup>78</sup> Art.º 1º, n.º 1, do DL n.º 81/95 - Art.º 57º, DL n.º 15/93.

<sup>79</sup> Art.º 2º n.º1 al. a) do DL n.º81/95.

<sup>80</sup> Art.º 2º, n.º1 al a) do DL n.º81/95.



## 2. LOIC – Lei n.º 21/00, de 10 de Agosto – atribuição de competências específicas

A Lei n.º 21/00 (LOIC) derivou dos debates sobre os moldes, modelos ideais e de coordenação das Polícias, no universo adstrito à investigação criminal<sup>81</sup>, tornando-se, desta forma, um marco legislativo imprescindível na distribuição das atribuições e competências em matéria de investigação criminal entre os OPC's de competência genérica (PSP, GNR e PJ)<sup>82</sup>. O foco principal desta Lei era repartir competências no domínio da Investigação Criminal, de modo que a PJ se concentrasse na prevenção e investigação da criminalidade da sua competência reservada (...)”<sup>83</sup>.

A PJ, como “Corpo Superior de Polícia Criminal”<sup>84</sup>, vocacionada para o combate à criminalidade organizada e altamente violenta, não tinha capacidade de resposta perante o crescente número de ilícitos criminais, em função da sua escassez de meios humanos, decorrentes da respectiva estruturação orgânica. Com esta limitação concorre o sucesso obtido pelas Brigadas Anticrime, no âmbito do combate ao tráfico e consumo de estupefacientes ou substâncias psicotrópicas, circunstâncias que justificaram a necessidade da redistribuição de competências de investigação, entre os OPC's, tendo em atenção critérios de adequação e eficácia<sup>85</sup>.

Face ao exposto, a LOIC, no seu art. 3.º, n.º 6, estabelece que é competência específica da PSP e da GNR “a prevenção e a investigação dos crimes cuja competência não esteja reservada à Polícia Judiciária e ainda dos crimes cuja investigação lhe seja cometida pela respectiva lei orgânica ou pela AJ competente para a direcção do processo”. O que faz depreender que todos os factos ilícitos criminais, que não são expostos no art.º 4 deste diploma, serão da competência investigatória da PSP ou GNR, descentralizando a investigação criminal da PJ. Por outras palavras, a investigação de casos de “menor gravidade” (bagatelas criminais) são da competência dos restantes órgãos de polícia criminal, cuja investigação requer proximidade para a sua eficácia<sup>86</sup>.

Reforçando a ideia que a LOIC redige, é importante mencionar a Directiva n.º 1/2002,

<sup>81</sup> MANUEL VALENTE, *Regime Jurídico da Investigação Criminal*, Comentado e Anotado, 2.ª Edição Revista e Aumentada, Almedina, 2004, p. 51.

<sup>82</sup> RUI MASSANEIRO, *op.cit.*, p.9.

<sup>83</sup> MANUEL VALENTE, *op. cit.*, p.88.

<sup>84</sup> Art.º 1º, n.º 1, *Lei Orgânica da Polícia Judiciária*, DL n.º 275-A/2000 de 9 de Novembro.

<sup>85</sup> BRUNO ALVES, *op.cit.*, p.15.

<sup>86</sup> Exposição de Motivos da Proposta de Lei n.º 26/VIII, Ponto n.º 3.



da Procuradoria-Geral da República, que no seu ponto IV incumbe, genericamente e nos termos do art. 270.º, n.º 4 do CPP, à Polícia de Segurança Pública e à Guarda Nacional Republicana “a competência para a investigação e para a prática dos actos processuais da mesma derivados, relativamente aos crimes que lhes forem denunciados, cuja competência não esteja reservada à Polícia Judiciária, e ainda dos crimes cuja investigação lhes esteja cometida pelas respectivas lei orgânicas”<sup>87</sup>.

“Do conteúdo desta Lei (LOIC), que visou sobretudo aumentar a eficácia das polícias no combate às diversas formas de criminalidade, releva destacar, ainda que de forma genérica, os seguintes pontos:

- Estabeleceu uma definição legal de Investigação Criminal;
- Consagrou a autonomia técnica e tática das Polícias;
- Atribuiu à PSP competência genérica e específica de investigação, passando a competir-lhe a investigação de cerca de 80% dos crimes tipificados na Lei, desde que ocorridos na sua área de jurisdição ou objecto de delegação pela Autoridade Judiciária;
- Salvaguardou a possibilidade de, à PSP, ser deferida a investigação de alguns crimes mais complexos, nomeadamente, tráfico e viciação de veículos, falsificação de documentos e fogo posto, a título de exemplo – mediante decisão do Procurador Geral da República face a solicitação conjunta do Director Nacional da PSP e do Director Nacional da PJ;
- Instituiu o dever de cooperação entre as polícias;
- Estabeleceu mecanismos de coordenação de actividade dos órgãos de polícia criminal de competência genérica (PSP, GNR, PJ), em matéria de investigação criminal, a qual passou a ser garantida por:
  - a) Um Conselho Coordenador, composto pelo Ministro da Justiça, Ministro da Administração Interna, Director Nacional da PSP, Director Nacional da PJ e Comandante Geral da GNR;
  - b) Um órgão de coordenação operacional (SICOP), constituído pelo Director Nacional da PSP, Director Nacional da PJ e Comandante Geral da GNR, que reúnem trimestralmente;
  - c) Oficiais de ligação junto do Instituto Superior de Polícia Judiciária e Ciências Criminais (ISPJCC), (actual Escola de Polícia Judiciária - EPJ) e do Laboratório de Polícia Científica (LPC);

<sup>87</sup> PICA SANTOS, *op.cit.*, pp. 568-569.





d) Participação comum no Sistema Integrado de Informação Criminal (SIIC), sistema de informação implementado pela PJ que se pretende, num futuro próximo, seja comum às três forças policiais e co-gerido pelas mesmas”<sup>88</sup>.

Finda-se, referindo que, após o ano de 1995, a PSP arrecadou competências ampliadas na área da investigação criminal, desempenhando, hoje em dia, uma função de relevo neste domínio.

### 3. A nova LOIC – Lei n.º 49/08, de 27 de Agosto

A Lei n.º 21/2000, de 10 de Agosto, foi alterada pela Lei n.º 49/2008, de 27 de Agosto, que aprovou a Organização da Investigação Criminal. “O legislador, numa tentativa de definir os vértices da investigação criminal, levada a cabo pelos OPC, para limitar os possíveis abusos da actuação policial, definiu-a como sendo a actividade que «compreende o conjunto de diligências que, nos termos da lei processual penal, visam averiguar a existência de um crime, determinar os seus agentes e a sua responsabilidade, descobrir e recolher provas, no âmbito do processo»”<sup>89</sup>.

Os assuntos relacionados com a organização da investigação criminal estão previstos neste diploma, porém, muitas das noções já estão referenciadas no CPP, tais como:

-O art.º 263º, n.º 1<sup>90</sup> do CPP e o art.º 288º, n.º 1<sup>91</sup> do mesmo diploma são equivalentes ao art.º 2º, n.º 1<sup>92</sup> e n.º 2<sup>93</sup>, da Lei n.º 49/2008;

-O art.º 55º, n.º 1<sup>94</sup> do CPP e o art.º 56º<sup>95</sup> do mesmo diploma legal são idênticos ao art.º 2º, n.º 4<sup>96</sup>, da Lei n.º 49/2008; e

-O art.º 248º<sup>97</sup> do CPP e o art.º 55º, n.º 2<sup>98</sup> deste mesmo diploma são análogos ao

<sup>88</sup> RUI MASSANEIRO, *op.cit.*, pp. 9-10.

<sup>89</sup> MANUEL VALENTE, *Teoria Geral do Direito Policial*, Almedina, Coimbra, 2009, p. 319.

<sup>90</sup> “A direcção do inquérito cabe ao Ministério Público, assistido pelos órgãos de polícia criminal”.

<sup>91</sup> “A direcção de instrução compete a um juiz de instrução, assistido pelos órgãos de polícia criminal”.

<sup>92</sup> “A direcção da investigação cabe à autoridade judiciária competente em cada fase do processo”.

<sup>93</sup> “A autoridade judiciária é assistida na investigação pelos órgãos de polícia criminal”.

<sup>94</sup> “Compete aos órgãos de polícia criminal coadjuvar as autoridades judiciárias com vista à realização das finalidades do processo”.

<sup>95</sup> “(...) os órgãos de polícia criminal actuam, no processo, sob a direcção das autoridades judiciárias e na sua dependência funcional”.

<sup>96</sup> “Os órgãos de polícia criminal actuam no processo sob a direcção e na dependência funcional da autoridade judiciária competente, sem prejuízo da respectiva organização hierárquica”.

<sup>97</sup> “Os órgãos de polícia criminal que tiverem notícia de um crime, por conhecimento próprio ou mediante notícia, transmitem-na ao Ministério Público no mais curto prazo, que não pode exceder 10 dias”.



art.º 2º, n.º 3<sup>99</sup>, da Lei n.º 49/2008.

No que respeita às alterações fundamentais que ocorreram com a entrada em vigor da Lei n.º 49/2008, é necessário interpretá-las e expô-las nesta dissertação de Mestrado, mais concretamente no presente ponto. As modificações que surgiram com este novo regime da LOIC têm em vista reforçar o combate à criminalidade de forma eficaz e eficiente, por parte dos OPC.

Esta nova Lei vem clarificar, no seu art.º 3º o âmbito do conceito de “Órgãos de Polícia Criminal”, onde designa como órgãos de polícia criminal de competência genérica a Polícia Judiciária, a Polícia de Segurança Pública e a Guarda Nacional Republicana, refere como órgãos de polícia criminal de competência específica todos os restantes, dos quais se destacam o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, a Autoridade de Segurança Alimentar e Económica, a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, entre outros, e reconhece como órgãos de polícia criminal de competência reservada aqueles aos quais a lei confere competência exclusiva para a investigação de determinados crimes: a Polícia Judiciária. Distingue-se, assim, três tipos de competências em matéria de investigação criminal: competência genérica, específica e reservada. É ainda feita a ressalva, neste artigo, ao dever dos OPC coadjuvarem as AJ na investigação e desenvolverem acções de prevenção e investigação da sua competência ou que lhes sejam cometidas pelas AJ competentes.

De forma a garantir a reserva de competências, o art.º 5º é expresso: “Incompetência em matéria de investigação criminal”, obrigando os órgãos de polícia criminal que não têm competência reservada a receber a notícia do crime e comunicar imediatamente tal notícia aos OPC competentes, cabendo-lhes somente praticar os actos cautelares necessários e urgentes para assegurar os meios de prova (“Medidas cautelares e de polícia”, enunciadas no art.º 249º e seguintes do CPP).

No art.º 6º desta Lei, estabelece-se que a PSP e a GNR têm competência genérica para a investigação dos crimes cuja competência não esteja reservada a outros órgãos de polícia criminal e, ainda, dos crimes cuja investigação lhes seja cometida pela AJ competente para a direcção do processo, nos termos do art.º 8º.

---

<sup>98</sup> “Compete em especial aos órgãos de polícia criminal, mesmo por iniciativa própria, colher notícia dos crimes e impedir quanto possível as suas consequências, descobrir os seus agentes e levar a cabo actos necessários e urgentes destinados a assegurar os meios de prova”.

<sup>99</sup> “Os órgãos de polícia criminal, logo que tomem conhecimento de qualquer crime, comunicam o facto ao Ministério Público no mais curto prazo, que não pode exceder 10 dias, sem prejuízo de, no âmbito do despacho de natureza genérica previsto no n.º 4 do artigo 270.º do Código Processo Penal, deverem iniciar de imediato a investigação e, em todos os casos, praticar os actos cautelares necessários e urgentes para assegurar os meios de prova”.



Por sua vez, a PJ tem competência reservada para a investigação dos crimes previstos no art.º 7º, n.º 2, da Lei 49/2008, não podendo ser incumbida a outros órgãos de polícia criminal. São também da sua competência reservada, os crimes previstos no art.º 7º, n.º 3 do mesmo diploma, muito embora estes possam ser deferidos a outros órgãos de polícia criminal, desde que sejam respeitadas as regras do art.º 8º da mesma Lei. Acresce à competência da PJ a investigação dos crimes que lhe sejam cometidos pela autoridade judiciária competente para a direcção do processo, nos termos do art.º 8, da Lei 49/2008. Por seu turno, é da atribuição deste Serviço de Segurança<sup>100</sup> assegurar o funcionamento da Unidade Nacional Europol<sup>101</sup> e do Gabinete Nacional Interpol<sup>102</sup>, todavia, a PSP, a GNR e o SEF integram estas unidades, através de Oficiais de Ligação permanentes – art.º 12º, n.º 4, da Lei 49/2008.

Deve-se focar o conteúdo do art.º 10º deste diploma – “Dever de cooperação” – que determina o dever de cooperação mútuo entre todos os OPC, no exercício das suas competências. Preceitua, também, o dever de comunicação para todos os OPC, num prazo não superior a 24 horas, quanto aos factos de que tenham conhecimento relativos a actos que indiciem a prática ou mesmo a preparação de ilícitos criminais, para cuja investigação não sejam competentes, apenas podendo adoptar as medidas cautelares e de polícia, como anteriormente foi referido. No n.º 3 deste artigo, vem instituído que o NUIPC<sup>103</sup> deve ser atribuído pela entidade competente para a investigação.

No que respeita à coordenação dos OPC, está estatuído no art.º 13º, da Lei 49/2008, que a coordenação é assegurada pelo Conselho Coordenador. Este órgão é presidido pelos Ministros da Administração Interna e da Justiça, o Secretário-Geral do Sistema Integrado

<sup>100</sup> JOÃO RAPOSO, *Direito Policial*, Almedina, Coimbra, p. 49 – “Assim, tanto a Polícia Judiciária (...) – que revestem natureza policial –, devem ser qualificados como verdadeiros e próprios Serviços de Segurança”.

<sup>101</sup> “A Europol é a agência da União Europeia com mandato na área da aplicação da lei que presta apoio às autoridades dos Estados-Membros competentes para a execução da lei. O seu objectivo é melhorar a eficácia dos serviços competentes dos Estados-Membros e a cooperação entre os mesmos no domínio da prevenção e do combate a todas as formas de criminalidade internacional. A missão da Europol consiste em atribuir significativamente para a aplicação das leis da União Europeia no âmbito do combate à criminalidade organizada, colocando a tónica nas organizações criminosas”, in *Jornal Oficial da União Europeia* C 46 A/1, <http://www.riac.azores.gov.pt/NR/rdonlyres/C3DDAA16-2F03-4A7A-B5D1-368669D27A73/132550/EuropolDirectorAdjunto.pdf> (acedido a Março de 2010).

<sup>102</sup> “A Organização Internacional de Polícia Criminal – INTERPOL – é uma organização mundial de cooperação policial. Os seus membros são as forças de aplicação da lei que operam nos diferentes países”, in [http://www.policiajudiciaria.pt/PortalWeb/content/?id=\[BF358543-6056-4F00-A792-8F1489DFF2CD\]](http://www.policiajudiciaria.pt/PortalWeb/content/?id=[BF358543-6056-4F00-A792-8F1489DFF2CD]) (acedido a Março de 2000).

<sup>103</sup> Número único de identificação do processo-crime.



de Segurança Interna<sup>104</sup>, o Director Nacional da PSP, o Director Nacional da PJ, o Comandante-Geral da GNR, o Director Nacional do SEF, o Director Geral dos Serviços Prisionais e os dirigentes máximos dos Órgãos de Polícia Criminal de competência específica. Este Conselho Coordenador dá indicações genéricas para certificar a articulação entre os OPC, bem como, decretar metodologias de trabalho e acções. Este diploma atribui ao SG-SISI a incumbência de zelar pela coordenação, cooperação e partilha de informações entre OPC, assim como, coadjuvar o Conselho de Coordenação dos OPC, de forma a certificar a cooperação e a disponibilização de meios e de serviços aos órgãos de polícia criminal.

No caso de existirem conflitos negativos de competência em matéria de investigação criminal, entre os OPC, está introduzida, no art.º 9º da referida Lei, a forma como esse problema será dirimido.

Por fim, o art.º 16º esclarece quem fiscaliza os órgãos de polícia criminal, ou seja, o Procurador-Geral da República fiscaliza superiormente a actividade processual dos OPC no decurso do inquérito.

Deste modo, termina-se o Capítulo II, com o leque de Leis, Decretos-Lei, Directivas da PGR, entre outros, que alicerçaram toda a estrutura da Investigação Criminal, no interior da Polícia de Segurança Pública.

---

<sup>104</sup> Art.º 14º e 15º da Lei n.º 53/2008, de 29 de Agosto.



## Capítulo III

### Objectivo Fulcral da Investigação Criminal

---

A Investigação Criminal, na PSP, tenta verificar a presença de ilícitos criminais e estabelecer qual a acção e a responsabilidade dos seus autores. Tendo como objectivo final descobrir a autoria e materialidade do crime, através da recolha e preservação de provas que permitam mostrar a evidência dos factos na instância de justiça criminal<sup>105</sup>. Contudo, esta descoberta e explicação só gera efeitos em sede de justiça se for realizada em consonância com determinados princípios e regras, isto é, não basta descobrir ou conhecer a realidade dos factos, é necessário provar<sup>106</sup>. Não obstante, a produção da prova tem que respeitar um conjunto de princípios que disciplinam e limitam a sua acção.

Por outras palavras, todos os esforços empregados na IC de nada auxiliarão se o Investigador<sup>107</sup> não conseguir reunir prova para o processo-crime, sendo perceptível que este agente tenha que dominar, juntamente, as metodologias de investigação criminal e as regras processuais da prova.

Posto isto, a matéria da prova apresenta um papel fulcral e relevante no processo criminal, como actividade probatória, constituindo-se assim o objectivo fundamental da actividade de investigação criminal.

#### 1. A Prova

Entre o momento em que surgem os factos e o julgamento há um percurso a caminhar e é durante esse caminho que irá instruir-se o processo probatório. Desta maneira, é importante que, durante esse processo, se esteja atento ao objecto da prova, ou seja, a tudo aquilo que em sede de julgamento poderá ser relevante para a aplicação do Direito<sup>108</sup>.

O conceito de prova não vem explícito no CPP, todavia, existe a noção de objecto de

---

<sup>105</sup> JOSÉ BRAZ, *Investigação Criminal – A Organização, o Método e a Prova – Os Desafios da Nova Criminalidade*, Almedina, Coimbra, p. 43.

<sup>106</sup> De acordo com José Braz provar é “demonstrar através de argumentos dedutivos, assentes em critérios de similitude e/ou de probabilidade, a identidade unívoca da representação ou reconstituição que fazemos de um evento ou facto ocorrido no passado, com a sua realidade ontológica” in *Investigação Criminal – A Organização, o Método e a Prova – Os Desafios da Nova Criminalidade*, p. 44.

<sup>107</sup> De acordo com José Braz o investigador tem que ter sempre presente um conjunto de regras, obstáculos e limitações que disciplinam e caracterizam a prova e os meios adequados a sua produção, in *Investigação Criminal – A Organização, o Método e a Prova – Os Desafios da Nova Criminalidade*, p. 45.

<sup>108</sup> VERA LOURENÇO, *op.cit.*, Módulo II, p. 4.



prova, no art.º 124º deste diploma legal, que refere que “constituem objecto da prova todos os factos juridicamente relevantes para a existência ou inexistência do crime, a punibilidade ou não punibilidade do arguido e a determinação da pena ou da medida de segurança aplicáveis”.

Paralelamente, o Código Civil dispõe de uma definição de prova, no seu art.º 341º, na qual expõe que “as provas têm por função a demonstração da realidade dos factos”.

Perante os ensinamentos do Prof. Cavaleiro Ferreira, este defende que o objectivo da prova consiste na “justificação da convicção sobre a existência de factos penalmente relevantes, que constituem pressuposto da aplicação da lei”<sup>109</sup>.

Focando a matéria da Prova, esta vem prevista no Livro III, da Parte I, do CPP actual, dividindo-se em três Títulos:

- Disposições Gerais (arts. 124º a 127º);
- Dos meios de Prova (arts. 128º a 170º);
- Dos meios de obtenção de prova (arts. 171º a 190º).

Para melhor compreender a matéria da Prova é essencial conhecer os quatro princípios jurídicos que a orientam e a caracterizam:

- Princípio da Investigação ou da Verdade Material;
- Princípio da Legalidade ou da Legitimidade da Prova;
- Princípio da Livre Apreciação da Prova; e
- Princípio da Presunção de Inocência.

O Princípio da Verdade Material será o “princípio jurídico que melhor caracteriza a natureza, a estrutura e os limites da prova no processo penal”<sup>110</sup>. Este princípio significa que sobre o juiz, em última instância, incide o papel de indagar e esclarecer o facto que é levado a Tribunal, apesar das contribuições das partes, ou seja, o Juiz tem o dever de investigar autonomamente a verdade, sem se limitar a avaliar a prova trazida pelo MP, o arguido ou o assistente<sup>111</sup>.

O segundo princípio elencado - princípio da legalidade ou da legitimidade da prova - tem por base mostrar que a produção probatória não deve ser uma actividade tipificada. Face a isto, compreende-se que são admitidos todos e quaisquer meios de prova, excepto os

<sup>109</sup> MANUEL CAVALEIRO DE FERREIRA, *Lições de Direito Penal I*, Ed. Verbo, Textos Universitários, Lisboa, 1993, p.245.

<sup>110</sup> JOSÉ BRAZ, *op.cit.*, p. 54.

<sup>111</sup> VERA LOURENÇO, *op.cit.*, Módulo II, p. 6.



previstos no art.º 126º<sup>112</sup> do CPP.

No que toca ao terceiro princípio - princípio da livre apreciação da prova - este “implica que o tribunal, quer na fase de julgamento, quer em qualquer decisão judicial interlocutória, forme a sua convicção sobre a existência de factos relevantes para a prolação decisória de acordo com a livre convicção do julgador”<sup>113</sup>. Pressupõe-se com isto que, cada meio de prova não tem um peso predeterminado pela lei, devendo-se valorar estas provas consoante as circunstâncias reais de cada situação.

Por último, o princípio da presunção da inocência vai ao encontro com o art.º 32, n.º2 da CRP, que consagra que “todo o arguido se presume inocente até ao trânsito em julgado da sentença de condenação, devendo ser julgado no mais curto prazo compatível com as garantias de defesa”. Do ponto de vista de Prof. Figueiredo Dias, este princípio transparece que “se ao tribunal compete, em última instância, reunir prova e essa tarefa não é cumprida, não pode esse facto, de forma alguma desfavorecer a posição do arguido (...), é com este sentido e conteúdo que se afirma o princípio *in dubio pro reo*”.

Continuando na matéria relativa à prova, é primordial tipificá-la conforme a sua natureza e características, nas seguintes categorias:

- Prova Directa ou Histórica: caso se refira, imediatamente, aos factos que se pretendem provar<sup>114</sup>;

- Prova Indirecta ou Crítica: caso se refira a factos diversos do tema da prova, mas que permitem, com o auxílio de regras de experiência, uma ilação quanto ao tema da prova<sup>115</sup>.

É também relevante enunciar que, relativamente, à sua fonte ou origem, a prova pode dividir-se em duas categorias:

- Prova Pessoal ou Subjectiva, quando resulta de um acto de uma pessoa, consciente e voluntária, designadamente, declarações de arguidos, testemunhas, entre outros;

- Prova Real, Material ou Objectiva, quando resulta da observação directa dos objectos que, de alguma forma, se relacionem com os factos que se pretendem provar (apreensões, buscas, entre outros)<sup>116</sup>.

Finalizando, deve aludir-se que, quanto ao valor da prova, esta pode-se repartir em

---

<sup>112</sup> Métodos proibidos de prova.

<sup>113</sup> JOSÉ BRAZ, *op.cit.*, p. 64.

<sup>114</sup> JOSÉ BRAZ, *op.cit.*, p. 66.

<sup>115</sup> DÁRIO PRATES, *op.cit.*, A Prova Final, slide nº 10.

<sup>116</sup> DÁRIO PRATES, *op.cit.*, A Prova Final, slide nº 10.



duas vertentes:

- Prova Plena: aquela que incide imediatamente sobre os factos probandos, isto é, quando a demonstração dos factos probandos, é certa, total e unívoca<sup>117</sup>;
- Prova Indiciária: é a que incide sobre factos diversos do tema da prova, mas que, permitem extrair ilações quanto a ele, através de regras de experiência, por conseguinte, há uma demonstração incerta e apenas tendencial<sup>118</sup>.

### 1.1. Proibições de Prova

Antes de focar os “Métodos Proibidos de Prova”, é extremamente importante mencionar o art.º 125º do CPP, onde se contempla que “são admissíveis as provas que não forem proibidas por lei”. Depreende-se que o legislador tenta realçar que não existe um leque de procedimentos jurídicos e idóneos para produzir prova, isto é, considera-se legal caso não vá contra os métodos proibidos de prova, art.º 126º do CPP.

Como foi enunciado anteriormente o art.º 126º do CPP estabelece os métodos proibidos de prova que, de acordo, com Prof. Germano Marques da Silva, “servem para proteger os cidadãos contra intromissões abusivas aos seus direitos”. Perante isto, entende-se que, se os direitos destes cidadãos forem quebrados, as provas retiradas não terão qualquer tipo de efeitos no processo. A busca da verdade, por parte dos OPC, não pode, em tempo algum, sobrepor-se aos Direitos, Liberdades e Garantias aclamados na CRP.

O artigo do CPP em questão mostra dois tipos de proibição de prova: o absoluto e o relativo. Os métodos proibidos de prova absolutos, obtidos mesmo com consentimento, são os seguintes:

- Prova obtida mediante tortura (art.º 126º, n.º 1 do CPP) – o arguido ao sofrer algum tipo de tortura está a ser despojado dos seus Direitos Fundamentais;
- Prova obtida mediante coacção (art.º 126, n.º 1, do CPP) – um investigador ao coagir um arguido estaria a cometer um crime, previsto e punido pelo art.º 154º do CP;
- Prova obtida mediante ofensas à integridade física ou moral<sup>119</sup> (art.º 126º, n.º 1, do

<sup>117</sup> JOSÉ BRAZ, *op.cit.*, p. 67.

<sup>118</sup> JOSÉ BRAZ, *op.cit.*, p. 67.

<sup>119</sup> O direito à vida (art.º 24º da CRP), à integridade pessoal (art.º 26º da CRP) e a nulidade das provas obtidas mediante tortura, coacção ou ofensa à integridade física ou moral das pessoas (art.º 32º n.º 8 da CRP), constituem valores e direitos universais historicamente consolidados no direito convencional – art.º 11 da DUDH, art.º 6º e 7º da CEDH e art. 14º e 15º PIDCP.





CPP):

-Perturbação da liberdade de vontade ou de decisão através de maus-tratos, ofensas corporais, administração de meios de qualquer natureza, hipnose ou utilização de meios cruéis<sup>120</sup> ou enganosos<sup>121</sup>;

-Perturbação, por qualquer meio, da capacidade de memória ou de avaliação<sup>122</sup>;

-Utilização da força, fora dos casos e dos limites permitidos pela lei;

-Ameaça com medida legalmente inadmissível<sup>123</sup> e, bem assim, com degeneração ou condicionamento da obtenção de benefício legalmente previsto;

-Promessa de vantagem legalmente inadmissível<sup>124</sup>.

Por outro lado, as proibições de prova relativas que, mediante consentimento, podem ser válidas, tais como:

-Intromissão na vida privada;

-Intromissão no domicílio;

-Intromissão na correspondência;

-Intromissão nas telecomunicações.

Desta forma, as provas obtidas com violação da legalidade dos meios de prova são nulas e não poderão ser valoradas ou tidas em atenção pelo Tribunal, a não ser para procedimento criminal contra os seus autores, conforme dispõe o art.º 126, n.º4, do CPP.

## **1.2. Meios de Prova**

De uma forma objectiva, clara e concisa explicar-se-ão os vários Meios de Prova, bem como, o seu sentido legislativo no Direito Processual Penal. Assim, do ponto de vista formal, o nosso ordenamento processual penal contempla os seguintes Meios de Prova:

- Pessoal: testemunhal, declaração de arguido, declaração de assistente e partes civis, acareação, reconhecimento e reconstituição de facto.

- Material: pericial e documental.

<sup>120</sup> A narcoanálise ou a utilização do apelidado “soro da verdade”.

<sup>121</sup> O uso do polígrafo ou detector de mentiras.

<sup>122</sup> Perguntas enganosas ou ardilosas (exemplo).

<sup>123</sup> Ameaça de prisão preventiva em crimes que tal medida de coacção não está prevista legalmente (exemplo).

<sup>124</sup> Prometer libertar um preso preventivamente (exemplo).



A Prova testemunhal está prevista no art.º 128º e seguintes do CPP e é constituída pela narração de um facto juridicamente relevante de que a testemunha tem conhecimento, normalmente, através da visão e da audição mas, também, do que provenha dos demais sentidos<sup>125</sup>. Daqui resulta o depoimento das testemunhas, que são inquiridas<sup>126</sup> sobre os factos que possua conhecimento directo e que constituam objecto da prova (art.º 128 n.º1 do CPP)<sup>127</sup>. A regra é que a testemunha é inquirida sobre factos<sup>128</sup> que apreendeu por contacto imediato (visão, audição, entre outros), porém, pode ter tido conhecimento de forma indirecta (“ouviu dizer que...”), prestando um depoimento indirecto<sup>129</sup>. Este testemunho indirecto que resulta do que se ouviu determinada pessoa a relatar, pode seguir por dois aspectos distintos:

- O Juiz chama essas pessoas a depor e, caso se confirme a veracidade dos factos, serve como meio de prova;

- O Juiz não chama essas pessoas e torna o depoimento, nessa parte, inválido como meio de prova. Excepto se a inquirição não for possível por morte, por anomalia psíquica superveniente ou impossibilidade de serem encontradas.

No que respeita às vozes públicas e convicções pessoais (art.º 130º do CPP), estas podem seguir dois rumos diferentes:

- Serem inadmissíveis como depoimento a reprodução de vozes ou rumores públicos (art.º 130º, n.º 1 deste diploma);

- Serem admissíveis os depoimentos expressos em convicções e interpretações pessoais se: incidíveis dos factos em que assentam; decorrentes de qualquer ciência técnica ou arte; manifestados na fase de fixação de sanção<sup>130</sup>.

Explica-se, portanto, que qualquer pessoa que não se encontrar interdita por anomalia psíquica tem capacidade para ser testemunha<sup>131</sup>, podendo recusar-se, somente, nos casos previstos da lei<sup>132</sup>. Os casos previstos no CPP são os elencados de seguida:

- Os descendentes, os ascendentes, os irmãos, os afins até ao 2.º grau, os adoptantes,

<sup>125</sup> GERMANO MARQUES DA SILVA, *Curso de Processo Penal*, Editorial Verbo, 4.ª Ed., Lisboa/S. Paulo, 2000

<sup>126</sup> As testemunhas são inquiridas e os arguidos são interrogados.

<sup>127</sup> VERA LOURENÇO, *op.cit.*, Módulo II, p. 13.

<sup>128</sup> A testemunha não pode prestar depoimento quanto a todos os factos, mesmo que constituam objecto da prova, porque pode estar abarcado por segredo profissional (art.º 135º do CPP).

<sup>129</sup> Art.º 129º do CPP.

<sup>130</sup> DÁRIO PRATES, *op.cit.*, A Prova Final, slide nº 34.

<sup>131</sup> Art.º 131 n.º1 do CPP.

<sup>132</sup> Art.º 134 n.º1 do CPP.



os adoptados e o cônjuge<sup>133</sup> do arguido;

-Quem tiver sido cônjuge do arguido ou quem, sendo de outro ou do mesmo sexo, com ele conviver ou tiver convivido em condições análogas às dos cônjuges, relativamente a factos ocorridos durante o casamento ou a coabitação.

Perante o art.º 134º, n.º2, do CPP entende-se, assim, que a entidade para receber o depoimento adverte, sob pena de nulidade<sup>134</sup>, as pessoas que se podem recusar, conforme o exposto anteriormente, da faculdade que lhes assiste de se recusarem a depor.

No que concerne ao meio de prova “Declarações do Arguido”, deve-se ter presente que estas são, de uma forma mais preponderante, um meio de defesa, pois ninguém é obrigado a incriminar-se<sup>135</sup>. O arguido gere as suas declarações, podendo ou não prestar as mesmas, sem que o seu silêncio o possa desfavorecer<sup>136</sup>. Ao prestar declarações o arguido, mesmo que detido ou preso, deve, de acordo com o art.º 140º do CPP, encontrar-se livre na sua pessoa, salvo se forem necessárias cautelas para prevenir o perigo de fuga ou actos de violência. Incidindo, ainda, no arguido, este não presta juramento em caso algum<sup>137</sup> e às suas declarações são aplicáveis as regras e limitações previstas nos artigos 128º e 138º do CPP.

Sobre as “Declarações do Assistente e das Partes Civas”, cabe explicar que estas podem ser tomadas a requerimento seu, do arguido ou sempre que a AJ o entender conveniente<sup>138</sup>. Nestas declarações é notório que está patente o dever de verdade e a responsabilização criminal pela violação do mesmo, conforme o art.º 359º do CP.

Quando se aborda o conteúdo sobre a “prova por Acareação”, deve-se dar uma noção da palavra acarear. Assim sendo, acarear significa “pôr frente a frente, duas ou mais pessoas cujas declarações são contraditórias, de forma a apurar a verdade”<sup>139</sup>. Em conformidade com o descrito no art.º 146º do CPP, “é admissível acareação entre co-arguidos, entre o arguido e o assistente, entre testemunhas ou entre estas, o arguido e o assistente, sempre que houver contradição entre as suas declarações e a diligência se afigurar útil à descoberta da verdade”. Por outras palavras, a prova por acareação só deve

<sup>133</sup> Se em vez de se recusar a testemunha, que é cônjuge do arguido, prestar falsas declarações tem a pena especialmente atenuada, podendo ter lugar à dispensa da mesma – art.º 364º al. a) do CPP.

<sup>134</sup> Nulidade sanável, depende de arguição até ao momento da conclusão do depoimento – art.º 120 n.º 3 al. a).

<sup>135</sup> DÁRIO PRATES, *op.cit.*, A Prova Final, slide nº 50.

<sup>136</sup> Art.º 343 e art.º 360º do CPP.

<sup>137</sup> Art.º 140 n.º3 do CPP.

<sup>138</sup> Art.º 145 n.º 1 do CPP.

<sup>139</sup> *Dicionário Moderno da Língua Portuguesa*, Porto Editora, Porto, 2009.



realizar-se quando existir contradição entre depoimentos e a diligência se mostrar importante para a descoberta da verdade.

Importa referir, também, que a entidade que preside à diligência deve mandar reproduzir as declarações e, conseqüentemente, pedir aos intervenientes que confirmem ou modifiquem os seus depoimentos. Quando necessário pede aos mesmos que contestem as declarações de outras pessoas. Por fim, deve questioná-los do que achar conveniente para a descoberta da verdade<sup>140</sup>.

A “Prova por Reconhecimento” é, por si só, uma prova “muito frágil”<sup>141</sup>, que precisa estar em conformidade com todos os pressupostos enunciados no art.º 147º do CPP, sob pena de não ter valor como meio de prova, seja qual for a fase do processo em que ocorrer<sup>142</sup>.

Tendo em conta o artigo do CPP que abarca o reconhecimento de pessoas, deve-se evocar os seguintes propósitos:

-A pessoa que vai fazer a identificação deve descrever o identificando com a identificação de todos os pormenores de que se recorde, informar se já tinha visto o suspeito e em que circunstâncias e acrescentar todas as condições que possam influir na credibilidade da identificação – art.º 147º, n.º1 do CPP;

-Na situação em que a identificação não for cabal deve-se afastar quem deve proceder a ela. Chama-se a esta diligência pelo menos duas pessoas que ostentem as maiores semelhanças possíveis (inclusive o vestuário) com o identificando. Esta é colocada ao lado das outras, devendo, se possível, apresentar-se nas mesmas condições em que poderia ter sido vista pela pessoa que procede ao reconhecimento. A pessoa que procede a esta aplicação deve ser chamada e questionada sobre se reconhece algum dos indivíduos e, em caso afirmativo, qual deles – art.º 147º, n.º 2 do CPP;

-Se houver razão para crer que a pessoa chamada a fazer a identificação pode ser intimidada ou perturbada pela realização do reconhecimento e este não tiver lugar em audiência, deve o mesmo efectuar-se, se possível, sem que aquela pessoa seja vista pela pessoa a identificar – art.º 147º, n.º 3, do CPP;

-Devem ser fotografados os intervenientes e os fotogramas juntos ao processo, isto se houver consentimento por parte destes – art.º 147º, n.º 4, do CPP.

<sup>140</sup> Art.º 146 n.º 4 do CPP.

<sup>141</sup> DÁRIO PRATES, *op.cit.*, A Prova Final, slide nº 65.

<sup>142</sup> Art.º 147 n.º 7 do CPP.



Relativamente à prova por reconhecimento esta contempla, igualmente, o reconhecimento de objectos<sup>143</sup>.

Findando a matéria respeitante a esta diligência de prova, é fulcral mencionar o art.º 149º do diploma tantas vezes expresso neste Capítulo, atinente pluralidade de reconhecimentos.

Ao enunciar o último meio de prova pessoal - a Reconstituição do Facto - é basilar proceder ao relato de que, quando houver necessidade de determinar se um facto poderia ter ocorrido de certa forma, é admissível a sua reconstituição. Esta reconstituição consiste na reprodução, tão fiel quanto possível, das condições em que se afirma ou se supõe ter ocorrido o facto e na repetição no modo de realização do mesmo<sup>144</sup>.

Debruçando-nos, agora, sobre os meios de prova materiais, encontramos a prova pericial e documental.

A prova pericial pressupõe a realização de uma perícia que é o meio de prova em que a apreciação dos factos recolhidos exige especiais conhecimentos técnicos, científicos ou artísticos<sup>145</sup>, sendo esta perícia ordenada, oficiosamente ou a requerimento, por despacho da AJ competente<sup>146</sup>. Contudo, quando se tratar de perícia sobre uma pessoa que não haja prestado consentimento, o despacho necessita ser emanado pelo Juiz<sup>147</sup>.

Após a perícia, os técnicos elaboram o relatório<sup>148</sup> e, posteriormente, podem ser chamados, por determinação da AJ, para prestarem esclarecimentos complementares.

Neste meio de prova, existem vários tipos de perícias:

- Perícias em geral (art.º 152º do CPP);
- Perícias médico-legais e forenses (art.º 159º, n.º 1º e 2º do CPP);
- Perícias psiquiátricas (art.º 159º, n.º 6 do CPP); e
- Perícias sobre a personalidade (art.º 160º do CPP).

Na PSP, apesar de existirem as UPT que recolhem e preservam vestígios, estas não são competentes para realizar estas perícias. A investigação criminal tem aqui que se socorrer, em regra, de Organismos oficiais certificados, como sejam o IML, o LPC, entre outros.

Por outro lado, o meio de prova documental vem focado a partir do art.º 164º do CPP.

<sup>143</sup> Art.º 148º do CPP.

<sup>144</sup> Art.º 150º do CPP.

<sup>145</sup> Art.º 151º do CPP.

<sup>146</sup> Art.º 154º, n.º1 do CPP.

<sup>147</sup> Art.º 154º, n.º2 do CPP.

<sup>148</sup> Art.º 157º do CPP.



De acordo com o Direito Processual Penal vigente é admissível fazer prova por documento (declaração, sinal ou notação corporizada em escrito ou qualquer outro meio técnico)<sup>149</sup>. A definição de documento vem elencada no CP, mais propriamente, no art.º255º, al. a) – “a declaração corporizada em escrito, ou registada em disco, fita gravada ou qualquer outro meio técnico, inteligível para a generalidade das pessoas ou para um certo círculo de pessoas, que, permitindo reconhecer o emitente, é idónea para provar facto juridicamente relevante, quer tal destino lhe seja dado no momento da sua emissão quer posteriormente; e bem assim o sinal materialmente feito, dado ou posto numa coisa para provar facto juridicamente relevante e que permite reconhecer à generalidade das pessoas ou a um certo círculo de pessoas o seu destino e a prova que dele resulta”. Salienta-se que os documentos podem ser autênticos (“são os documentos exarados, com as formalidades legais, pelas autoridades públicas nos limites da sua competência ou, dentro do círculo de actividades que lhe é atribuído, pelo notário ou outro oficial público provido de fé pública”) ou particulares. Os particulares podem apresentar duas formas: autenticados (“quando confirmados pelas partes, perante notário nos termos prescritos nas leis notariais”) ou não autenticados (“quando se trata de escritos assinados por qualquer pessoa sem intervenção de funcionário ou pessoa a quem a lei reconheça poderes para autenticar”)<sup>150</sup>.

A anexação da prova documental ao processo é feita oficiosamente ou a requerimento, não podendo associar-se documento que contiver declaração anónima, excepto se for objecto ou elemento do crime<sup>151</sup>.

Os factos materiais constantes de documento autêntico ou autenticado consideram-se provados, enquanto a autenticidade do documento ou a veracidade do seu conteúdo não forem, fundadamente, postas em causa<sup>152</sup>. O que, por sua vez, pode levar à necessidade de realizar contraprova, através de perícia.

### **1. 3. Meios de Obtenção de Prova**

Nos pontos antecedentes, descrevemos os vários tipos de prova previstos no

---

<sup>149</sup> Art.º 164º n.º1, do CPP.

<sup>150</sup> DÁRIO PRATES, *op.cit.*, A Prova Final, slide nº 85.

<sup>151</sup> Art. 164º, n.º1 do CPP.

<sup>152</sup> Art.º 169º, do CPP.



ordenamento processual penal e os devidos regimes legais de admissibilidade.

No que respeita aos meios de obtenção de prova, cabe enunciar que se trata de uma matéria relevante para a investigação criminal, pois estes meios são os instrumentos legais, imprescindíveis ao seu progresso.

Assim, os meios de obtenção de prova são instrumentos de que se servem as autoridades judiciais e, como é óbvio, os Órgãos de Polícia Criminal para investigar e recolher meios de prova, por isso, não são instrumentos de demonstração dos factos, mas instrumentos de recolha<sup>153</sup>.

No inquérito surge a recolha de elementos de prova que se torna o busflis do sistema de aplicação de justiça penal, pois nele gladeia-se e tenta-se harmonizar a pura afirmação da lei e o respeito pelos direitos e garantias individuais do cidadãos. No decorrer da Investigação Criminal pode surgir a necessidade de utilizar meios legais, que sejam lesivos dos Direitos Fundamentais do Homem, para se obter prova.

Os meios de obtenção de prova podem-se dividir em: Exames, Buscas e Revistas, Apreensões e Escutas telefónicas.

A realização de exames, prevista nos artigos 171º e seguintes do CPP, incide sobre pessoas, lugares ou coisas relacionadas com o crime e tem por finalidade a inspecção a vestígios que possam ter resultado da prática daquele, bem como, de todos os indícios relativos ao modo como e ao lugar onde foi praticado, às pessoas que o cometeram ou sobre as quais foi cometido<sup>154</sup>. Através deste meio de obtenção de prova, a AJ, os OPC e/ou os peritos verificam os elementos do crime.

O exame é, portanto, uma inspecção que consiste em identificar, fixar, descrever, preservar uma determinada realidade que pode, ou não, vir logo a constituir prova. Por outras palavras, o exame é um meio de obtenção de prova que permite: recolher informação sobre quem poderá ser o arguido; recolher a identidade das pessoas que futuramente assumirão a qualidade de testemunhas; colher e conhecer os objectos que possam vir a ser úteis para a investigação e que devam ser alvos de perícia; a junção de documentos com interesse para a descoberta da verdade<sup>155</sup>.

Desta forma, é importante saber destrinçar entre exame e perícia. A perícia é um meio de prova e o exame, por sua vez, um meio de obtenção de prova. Importa realçar, também,

<sup>153</sup> GERMANO MARQUES DA SILVA, *Curso de Processo Penal*, Editorial Verbo, 4.ª Ed., Lisboa/S. Paulo, 2000,

<sup>154</sup> Art.º 171º do CPP.

<sup>155</sup> VERA LOURENÇO, *op.cit.*, Módulo II, pp. 30-31.



que a recolha dos vestígios através de exame não exige do seu autor especiais conhecimentos de índole científica, técnica ou artística, ao contrário da perícia.

O que explica que, durante a fase do inquérito e instrução, os exames sejam, normalmente, executados por OPC. Estes, para além de inspeccionarem o local do crime e recolherem vestígios do local, devem tomar as providências cautelares necessárias para assegurarem os meios de prova<sup>156</sup>.

No local do exame - *locus delicti commissi* - pretende-se evitar que os vestígios de um determinado ilícito criminal se apaguem ou alterem antes de serem examinados. Neste sentido, a lei permite que os OPC possam negar a passagem, se necessário, ao trânsito de pessoas estranhas na cena do crime ou quaisquer outros actos que possam prejudicar a descoberta da verdade<sup>157</sup>. Estes agentes, bem como a AJ, podem determinar que alguma ou algumas pessoas não se afastem do local de exame e obrigá-las, pelo tempo estritamente necessário, a permanecer no local, caso estas pretendam afastar-se<sup>158</sup>.

No que concerne as Revistas e Buscas, o art.º 174º, n.º1, do CPP determina que, quando existirem indícios de que alguém oculta na sua pessoa, quaisquer objectos relacionados com um crime ou que possam servir de prova, é ordenada revista.

O n.º2 deste artigo estabelece que, sempre que tais objectos ou o arguido ou outra pessoa que deva ser detida se encontram em lugar reservado ou não livremente acessível ao público, é ordenada busca.

Agregando os últimos dois parágrafos, depreende-se que as revistas e buscas constituem meios de obtenção de prova que visam fins análogos: encontrar, respectivamente, na posse de alguém ou em lugar reservado ou não livremente acessível ao público, objectos relacionados com um crime ou que possam servir de prova. Note-se que operacionalmente a busca pode ter a finalidade de potenciar a detenção do arguido ou de outra pessoa que se encontre num local reservado ou não livremente acessível ao público, acrescida dos fins legalmente expressos.

Estas diligências, conforme o art.º 174º, n.º 3, do CPP, são autorizadas ou ordenadas por despacho pela AJ competente, devendo esta, sempre que possível, presidir às buscas e revistas. Todavia, existe uma excepção que menciona que estas diligências podem ser executadas por OPC, sem autorização da AJ, conforme os casos previstos nos arts. 174º, n.º

<sup>156</sup> Art.º 249º do CPP.

<sup>157</sup> Art.º 171 n.º2 do CPP.

<sup>158</sup> Art.º 173º do CPP.





5 e 251º do CPP.

As formalidades da revista e da busca vêm consagradas, respectivamente, nos arts. 175º e 176º do CPP.

Arrematando, o art.º 177º do CPP prevê várias situações relacionadas com a Busca Domiciliária, como por exemplo: quem pode ordenar a busca, a que horas pode ser ordenada e, em certos casos, quem a deve presidir obrigatoriamente.

No que toca à apreensão esta “consiste num meio de obtenção de prova efectuado pelos operacionais, mediante autorização, ordem ou validação de autoridade judiciária, que visa retirar da esfera patrimonial do seu proprietário ou possuidor e colocar à ordem do respectivo inquérito judicial objectos que tenham servido ou estivessem destinados a servir a prática de um crime, que constituírem o seu produto, lucro, preço ou recompensa, bem como aqueles que tiverem sido deixados pelo agente no local do crime, ou ainda, quaisquer outros susceptíveis de servirem de prova”<sup>159</sup>. Percebe-se, assim, que esta diligência serve para reforçar a prova a coligir para o processo. Os restantes meios de obtenção de prova (exame, revista e busca) em pouco auxiliariam o processo, se não fosse possível apreender objectos para a descoberta da verdade dos factos.

A lei processual penal determina um regime peculiarmente restritivo, quanto aos seguintes tipos de apreensões:

- De correspondência (art.º179º, do CPP);
- Em escritório de advogado ou em consultório médico (art.º180º, do CPP);
- Em estabelecimento bancário (art.º181º, do CPP);
- De documentação sujeita a segredo profissional, segredo de funcionário ou segredo de Estado (art.º182º, do CPP).

É de destaque saber, no âmbito deste Capítulo, que os OPC podem efectuar apreensões no decorrer de revistas ou buscas ou perigo na demora<sup>160</sup>, contudo, necessitam de ser validadas pela AJ, no prazo máximo de 72 horas<sup>161</sup>.

Por fim, as escutas telefónicas vêm tipificadas nos arts. 187º e seguintes do CPP e consistem na intercepção e gravação de conversações ou comunicações transmitidas pelo telefone. É considerado por José Braz “o mais moderno meio de obtenção de prova previsto na lei processual penal e, seguramente, um dos que maior eficácia reveste na luta contra as

<sup>159</sup> JOSÉ BRAZ, *op.cit.*, p. 173.

<sup>160</sup> Art.º 178 n.º 4 do CPP.

<sup>161</sup> Art.º 178 n.º 5 do CPP.



modernas expressões da criminalidade”.

Porém, este poderoso meio de obtenção de prova é uma ameaça à intimidade e à reserva da vida privada, daí que os seus pressupostos<sup>162</sup> sejam tão rigorosos. A interceptação e a gravação de conversações ou comunicações telefónicas só podem ser ordenadas ou autorizadas por despacho do Juiz e relativamente aos crimes previstos no art.º187º do CPP.

Depois de serem efectuadas as escutas telefónicas pelos OPC, os mesmos têm que lavrar o correspondente auto e elaborar relatório no qual se indica quais as passagens relevantes para a prova (art.º 188º, do CPP).

Tendo focado os pontos essenciais da Prova, dá-se como cessado o penúltimo Capítulo, sendo relevante lembrar que todo este Capítulo serviu para elucidar, de uma forma aligeirada e *pela rama*, a importância da Prova no decorrer da actividade de Investigação Criminal. Explanados os instrumentos legais ao serviço do objectivo primordial da investigação criminal, vejamos agora em que estrutura organizacional estes deveriam ser utilizados, visando a sua rentabilização.

---

<sup>162</sup> “(...) Quanto a crimes: Puníveis com pena de prisão superior, no seu máximo, a 3 anos; Relativos ao tráfico de estupefacientes; De detenção de arma proibida e de tráfico de armas; De contrabando; De injúria, de ameaça, de coacção, de devassa da vida privada e perturbação da paz e do sossego, quando cometidos através do telefone; De ameaça com prática de crime ou de abuso e simulação de perigo; De evasão, quando o arguido haja sido condenado por algum dos crimes previstos nas alíneas anteriores”.



## Capítulo IV

### O futuro da Investigação Criminal: modelo defendido

---

#### 1. Modelos portugueses

O denominado “corpo único e generalizado de investigação criminal” vigorou, entre nós, até 1987. Curiosamente, é este o modelo que, hoje, vigora no Brasil.

Trata-se do modelo original português – hoje abandonado – ou do actual modelo brasileiro, assente num único serviço encarregue da investigação criminal e da generalidade das acções de recolha de prova, atinentes à globalidade dos crimes, a nível de todo o país. Falamos, naturalmente, em Portugal, da Polícia Judiciária de 1945 em face das outras instituições policiais, então de pendor mais administrativo<sup>163</sup>.

Entre 1987 e 2000, vigorou um modelo híbrido, com a atribuição de competência investigatória residual, no âmbito de criminalidade fiscal e, depois, do combate ao tráfico de droga, através, respectivamente, da publicação da Circular n.º 8/87 da PGR - Ponto II.2 (Brigada Fiscal e Inspecção Económica) e, mais tarde, do DL n.º 81/95, de 22 de Abril (PSP, GNR, SEF, DGA), isto, para além da competência própria e reservada da PJ.

De outra sorte, o modelo de “Corpo Superior de Polícia” é aquele que a actual legislação nacional consagra – LOIC e LOPJ – à Polícia Judiciária. Tal sucede desde 2000 (DL n.º 275-A/2000, de 9 de Novembro).

A sua adopção impõe uma estrutura com capacidades específicas e especializadas para responder à realidade actual da criminalidade mais grave e organizada, de elevada complexidade e tecnicidade, transnacional ou internacional, designadamente, no que concerne à recolha da prova, mas, também, capaz de responder a todas as componentes relacionadas com a pesquisa, recolha, tratamento e análise de informação criminal, bem como, todas as competências relativas à coordenação operacional. O mesmo vale aqui para a cooperação internacional<sup>164</sup>.

Neste sentido, ponderando as características do modelo em apreço, toda a restante actividade de recolha de prova para o elenco de crimes não constante daqueles que constituem competência exclusiva e reservada do Corpo Superior de Polícia, cabe às

---

<sup>163</sup> JOSÉ FIGUEIRAS, *Modus Operandi* n.º 2, Outubro - Dezembro, 2007 p.28 e segs.

<sup>164</sup> JOSÉ FIGUEIRAS, *op.cit.*



demais estruturas policiais de implantação local e disseminadas ao longo de todo o território nacional (PSP, GNR...), com a justificação de que o seu carácter de proximidade potencia a capacidade destas em dar resposta às solicitações que sejam efectuadas<sup>165</sup>.

## **2. Modelos europeus**

O modelo que hoje se observa em França e que podemos observar no Reino Unido, até Março de 2007, foi o do “Corpo Especializado de Investigação Criminal”.

Este modelo assenta na existência de uma Instituição altamente especializada, vocacionada para a recolha da prova em crimes mais graves e de difícil investigação, sediada nos grandes centros populacionais, em relativa concorrência com outros serviços policiais, de competências mais generalizadas, disseminados pelo território e responsáveis pela investigação das chamadas bagatelas penais e do combate a toda uma imensa poeira criminal.

Acontece que este modelo de “Polícia Nacional” impõe, designadamente, no que se refere à investigação criminal e ao combate às organizações criminosas, o recurso a toda uma panóplia de actividades e metodologias destinadas ao conhecimento generalizado da actividade criminosa, sem o qual a recolha da prova dessa mesma actividade ficaria prejudicada<sup>166</sup>.

Obviamente, isto implica uma ligação muito próxima destes serviços de investigação criminal aos serviços dedicados à pesquisa, recolha, tratamento e análise de informação, os quais terão, desta forma, que estar preparados e vocacionados para estas actividades e para a sua ligação ao “meio criminal”, bem como, para as particulares sensibilidades e especificidades que as mesmas actividades, necessariamente, revestem.

Era este, essencialmente, o modelo Britânico, até Março de 2007, com o National Crime Squad, por um lado, e o National Criminal Intelligence Service, por outro<sup>167</sup>.

E, salvo melhor e distinta opinião, parece ser este o modelo pretendido para o território nacional, pelo actual quadro governativo, com um Corpo Nacional de Polícia e um Sistema Integrado de Segurança Interna.

De modo diverso, fruto da alteração generalizada das condições de segurança pública

---

<sup>165</sup> JOSÉ FIGUEIRAS, *op.cit.*

<sup>166</sup> CARLOS COSTA, *Preparar o Futuro – Investigação Criminal e Forças de Segurança*, Operacional, Abril, 2010.

<sup>167</sup> JOSÉ FIGUEIRAS, *op.cit.*



e nacional, decorrentes do terrorismo islâmico e internacional, o actual modelo Britânico tende para o de “Corpo Superior de Polícia”, tendo ali sido criada, em Abril de 2007, a Agência para a Criminalidade Grave e Organizada (Serious and Organized Crime Agency).

O modelo actual belga aproxima-se da “solução bomba atómica”. Na génese deste modelo está o decisor político que faria tábua rasa da tradição investigatória nesta matéria, consolidada, em Portugal, há quase um século e, de uma penada, extinguiria uns serviços, fundiria outros, integraria competências funcionais e, de acordo com o paradigma científico, após a experimentação ficaria à espera de analisar os resultados. Eis o novo Serviço de Polícia Integrado. Muito idêntico, aliás, à nova Polícia Federal austríaca<sup>168</sup>.

Levada em conta, diríamos que deixaria assim de haver, em Portugal, um serviço policial individualizado e especializado na investigação criminal, ou seja, na recolha dos elementos de prova dos crimes que interessa coligir no inquérito.

Para finalizar, importa apenas referir que os modelos geograficamente próximos, de Espanha e França, ainda que com tutela concentrada no “Ministério do Interior”, não deixaram de manter uma dualidade entre uma polícia civil e uma polícia militarizada (*Gendarmerie* e *Guardia Civil*), as duas com competências de polícia administrativa e judiciária, sendo que, na Bélgica e na Áustria, verificamos uma ruptura com este modelo e a instituição de polícias unificadas ou integradas<sup>169</sup>.

### **3. Um quadro actual de ineficácia, ineficiência e desperdício**

Concentrando-nos no quadro que aqui, unicamente, nos preocupa e que é objecto do presente trabalho – a reformulação do modelo organizativo português de investigação criminal – importará, antes de mais, tirar a sua radiografia e definir as suas patologias.

Assim sendo, verifica-se, em Portugal, que as diversas forças e serviços de segurança estão sob a tutela de órgãos distintos, o que fomenta a falta de comunicação entre organismos<sup>170</sup>.

De igual forma, uma observação atenta permitirá vislumbrar a sobreposição de

---

<sup>168</sup> JOSÉ FIGUEIRAS, *op.cit.*

<sup>169</sup> NUNO SEVERIANO TEIXEIRA, *Estudo para a Reforma do Modelo de Organização do Sistema de Segurança Interna*, Relatório Preliminar, IPRI, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, Junho 2006.

<sup>170</sup> NUNO SEVERIANO TEIXEIRA, *op.cit.*



atribuições e competências, entre os diferentes OPC, o que faz com que haja falta de coordenação operacional. Não raro, verificam-se atropelos, conexões e diligências paralelas em investigações que decorrem em sedes diversas.

Numa altura em que o Estado se debate com inúmeros problemas orçamentais, é obrigatório reflectir sobre a existência, neste âmbito, de tantos organismos que levam a que o Estado tenha que custos financeiros elevados e redobrados, com multiplicação de despesas correntes, de manutenção e logísticas, num quadro que exigiria melhor gestão de recursos<sup>171</sup>.

Também não é necessário um esforço acrescido para concluir pela notória concorrência institucional entre a PJ, PSP, GNR, pelo menos, e que afecta o desempenho da cooperação e articulação entre elas<sup>172</sup>.

Não parece difícil, por outro lado, concluir – porque a criminalidade não sendo estática, é antes muito dinâmica e potencia a transversalidade – pela sobreposição de áreas territoriais e funcionais com a consequente duplicação de meios e potenciais conflitos de competências.

A isto tudo acresce ainda uma diferente cultura investigatória e a existência de doutrinas tácticas e formação distintas, que dificultam a articulação operacional entre as diversas Forças, para além de, equipamentos diferentes, que não permitem a articulação em casos de actuação conjunta.

Num quadro de combate ao crime que se quer harmonioso, crime cada vez mais organizado, técnico, complexo, transnacional, parece paradoxal a existência de inúmeros OPC com competências similares. E ainda a persistente inexistência, na prática, de um sistema de informação criminal que promova a troca de informações criminais de forma transversal e partilhada de forma simétrica por todos os OPC<sup>173</sup>.

Como é possível a criminalidade de massa e a organizada estarem necessariamente interligadas, constituírem fases de progressão na vida de um criminoso e, no entanto, a competência destes crimes estar dividida entre as FS, em geral, e a PJ, em particular?!

Ora, nos nossos dias, as estruturas do crime organizado, perigo potencial para o Estado de Direito Democrático, procuram interagir de forma intensa e complexa com determinados segmentos da economia legal, controlando grupos e empresas que

<sup>171</sup> ANTÓNIO MARCOS FERREIRA CALADO, *Legalidade e Oportunidade na Investigação Criminal*, Coimbra Editora, 2009

<sup>172</sup> NUNO SEVERIANO TEIXEIRA, *op.cit.*

<sup>173</sup> NUNO SEVERIANO TEIXEIRA, *op.cit.*



prosseguem actividades lícitas, como forma de camuflar actividades ilícitas e sobretudo, de branquear e reintroduzir nos circuitos financeiros, os elevados proventos obtidos.

A investigação criminal não pode, pois, enfrentar as novas formas de criminalidade utilizando a mesma estratégia, a mesma metodologia e, essencialmente, a mesma organização que utilizava na investigação da criminalidade comum e tradicional, perpetrada de forma individualizada e sem requintes de estruturação lógica<sup>174</sup>.

#### 4. Modelo defendido: um Corpo Nacional de Investigação Criminal

Constata-se, hoje, uma perda de informação criminal de base por parte do Órgão de Polícia Criminal que detém a investigação da criminalidade mais grave e mais complexa, fruto das alterações legislativas ocorridas em 2000 (LOIC e LOPJ), com a atribuição da competência investigatória da criminalidade de massas a outros OPC. Tendo em conta que o percurso criminal de um delinquente é ascendente, importa reter toda essa informação sobre os seus antecedentes biográficos. Porém, na actualidade, a informação criminal não se encontra reunida numa só, o que não potencia resultados e, ao invés, cria descoordenações, sobreposições e concorrência entre os diferentes OPC.

Vivemos um tempo de conturbação. Face ao constante evoluir das características do tecido social e das conseqüentes mutações da criminalidade, obrigando a necessárias alterações ao nível das estruturas de resposta, potenciadas actualmente por todo o movimento de reforma administrativa da máquina do Estado, em Portugal, urge proceder, de forma séria, serena e reflectida, à análise da organização policial no nosso país e a idealizar uma solução (re) organizativa. Há que assumir a intenção de gerar debate, suscitar a crítica sobre algo que está mal e se apresenta cada vez mais disfuncional. Em última instância, são os fins do estado – Segurança e Justiça – que estão em causa e que importa acautelar, promovendo melhores estruturas de defesa.

É que resulta, à saciedade, que a última década foi de enorme tensão institucional, de quebra de confiança e de muitas suspeições sobre os vários responsáveis pelo sistema de justiça e das forças de segurança.

As ineficiências e os desperdícios de recursos – humanos e logísticos – que se

---

<sup>174</sup> JOSÉ BRAZ, *op.cit.*



registam, estão, a nosso ver, a gerar grandes disfuncionalidades e uma preocupante falta de eficácia e articulação no combate à criminalidade<sup>175</sup>.

É obrigatório, por essa razão, propor uma redefinição urgente na organização da investigação criminal, v.g., na sua articulação com as diversas forças de segurança. Ora, todo este debate pressupõe uma clara ruptura com o actual modelo organizacional e, em paralelo, uma redefinição de funções dos diferentes OPC.

A mudança agora preconizada traduzirá uma substancial reforma da organização da investigação criminal. E não poderá ser de outra maneira. O estado actual da investigação e da prevenção da criminalidade começa a gerar consensos negativos na sociedade portuguesa. Tais consensos traduzem-se na constatação de que existem demasiados vasos comunicantes, demasiados protagonistas ou protagonismos.

Estamos em crer, na humildade da nossa opinião, que a solução para esta patologia passaria pela criação de uma Polícia Nacional específica e especialmente vocacionada para a investigação criminal.

Ainda que o quadro seja, aos nossos olhos, cada vez mais notório e dramático, designadamente, nos campos da gestão e partilha da informação, do conflito e cooperação institucional, da sobreposição e conexão de investigações, tudo isto numa clara e perturbadora aplicação diária dos parâmetros legais vigentes, no que às organizações diz respeito.

Mesmo assim, persistem os que defendem, contra a nossa opinião, que o sistema deverá perpetuar-se com estes contornos. Para o Prof. Damião da Cunha<sup>176</sup>, será dificilmente defensável uma polícia única e, sobretudo, uma polícia única hierarquicamente organizada, conclusão de evidência não apenas para um serviço de polícia mas para qualquer serviço público. A rigidez da hierarquia, defende, contribui para a ausência de capacidade de resposta, para a inércia, para a incapacidade de reagir atempada e adequadamente.

Cremos que estará demonstrado pela experiência que a dispersão de meios humanos e logísticos, a dissipação de informação criminal e a ausência de coordenação investigatória de fenómenos que se intercepcionam, estes sim são factores que produzem as consequências acima apontadas.

---

<sup>175</sup> CARLOS COSTA, *op.cit.*

<sup>176</sup> *Modus operandi n.º 1*, p.31 e segs.





Para José Braz<sup>177</sup>, a investigação criminal é um instrumento da Justiça e não da Segurança e a resposta às novas ameaças de criminalidade organizada, complexa e transnacional não reside em soluções integradas ou unificadoras, mas sim, no desenvolvimento de estruturas organizacionais, directamente escrutinadas pelo poder judicial, altamente especializadas e ágeis.

Ora, procuraremos à frente demonstrar que é possível cumprir estes desígnios precisamente através do modelo de unificação preconizado. E, ao contrário do pensa o autor, com soluções integradas e unificadoras. Partilhamos, no entanto, do pensamento do autor quando afirma que não devemos subalternizar o Sistema de justiça Criminal, desvalorizando o princípio do primado da investigação criminal, substituindo-o por um exacerbado e exagerado paradigma securitário. Daí que queiramos uma organização una e especializada, que produza os seus próprios quadros de eleição, através de um mecanismos de diferentes níveis de abordagem do fenómeno investigatório.

Mas antes de o explicarmos, com outro detalhe, uma última palavra para o Director da BDK. Rolf Jaeger<sup>178</sup>, director da *Kriminalpolizei*, defende que ao contrário do que acontece na Alemanha e não só, a formação para as duas vertentes profissionais, segurança pública e investigação criminal, não deveria ser idêntica. Uma polícia de segurança e uma *Kriminalpolizei* especializadas não podem ser criadas com base numa formação de igual teor. A imagem e a formação generalista da polícia são o calcanhar de Aquiles da Polícia Alemã.

Pegando nas palavras do autor que antecede, damos total concordância ao seu alcance, na medida em que, para nós, a solução das patologias do sistema de investigação criminal que se instalou, em Portugal, passará precisamente por aglutinar toda a investigação criminal, separando-a de outras valências, como sejam, a segurança pública.

Pretende-se pois um modelo simples mas funcional. Dinamizador de resultados, potenciador da informação gerada e partilhada, optimizador de recursos humanos e logísticos. De fácil transição.

Indo até mais além do que resulta do próprio Relatório Preliminar e do Relatório Final do “Estudo para a Reforma do Modelo de Organização do Sistema de Segurança

<sup>177</sup> *Modus Operandi* n.º1, p.38 e segs.

<sup>178</sup> *Modus Operandi* n.º1, p.46 e segs e n.º2, p.16 e segs.



Interna”<sup>179</sup>, ainda que aqui apenas nos preocupe em termos de objecto a reorganização da investigação criminal.

Nestes termos, da versão final do Estudo mencionado o que ficou das várias sugestões formuladas foi a criação da figura do Secretário-Geral da Segurança Interna (SGSI), que terá competências de coordenação logística - e nalgumas circunstâncias operacional - das forças de segurança, sob a dependência do ministro da Administração Interna (com poder delegado pelo Primeiro-Ministro).

O Estudo, cujo Coordenador Científico foi o Prof. Nelson Lourenço, propôs três cenários, dois dos quais com a tutela das forças de segurança concentrada num só Ministério, apesar de não se retirar dali se seria o da Justiça ou o da Administração Interna.

Em primeiro lugar, o designado "cenário X", propunha que a GNR e uma Polícia Nacional – a qual resultaria da aglutinação da PSP com o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras – ficassem na dependência do Ministério da Administração Interna (MAI), sendo que, a PJ mantinha a sua ligação natural à Justiça.

Não nos parece que, por si só, este modelo resolvesse os problemas atrás elencados, no que à investigação criminal diz respeito, pois, mantém a separação integral dos OPC que hoje a desenvolvem.

Em segundo lugar, o "cenário Y" propunha um único Ministério de tutela para todas as forças, insistindo na ideia da fusão da PSP com o SEF (na tal "Polícia Nacional").

Da mesma sorte, não se nos afigura que este modelo de tutela única conseguisse, apenas com esta característica peculiar, resolver a patologia já definida, pois, manter-se-ia a ausência de concertação entre OPC e a disseminação de competências investigatórias.

Por fim, o último cenário – "cenário Z" – sendo o mais radical é também aquele que obteve melhores avaliações de desempenho (ainda que, essencialmente, economicista), pelos autores do estudo. Defendia uma tutela única e apenas a existência de duas forças de segurança: a GNR, por um lado, e a Polícia Nacional, por outro. Tal facto significaria a fusão da PSP com o SEF e com a própria PJ.

Se pensarmos que, hoje, também a GNR, através dos NIC, desenvolve a investigação criminal nos processos em que obtém delegação de competências por parte do titular da acção penal, na sua jurisdição e nos crimes da sua esfera de atribuição, quer-nos parecer que, sem ser acrescentada outra premissa – por exemplo, a retirada da Investigação

<sup>179</sup> NÉLSON LOURENÇO, *Estudo para a Reforma do Modelo de Organização do Sistema de Segurança Interna – Relatório Final*, IPRI, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, Dezembro 2006.



Criminal à GNR – aquele “cenário Z” (note-se que mantém uma bifurcação de forças com competência investigatória), por si só, também não resolveria, satisfatoriamente, o problema da reorganização da investigação criminal, em Portugal.

Para isso seria importante, na criação deste *Corpo Nacional de Investigação Criminal* (com nomenclatura a definir), estipular numa só estrutura, dois níveis permanentes de investigação e investigadores. Tratar-se-ia de um sistema piramidal, onde o topo – 2.º nível – compreenderia os efectivos que agora lhe pertencem à PJ e os crimes que agora fazem parte da sua competência reservada<sup>180</sup>, a saber:

a) Crimes dolosos ou agravados pelo resultado, quando for elemento do tipo a morte de uma pessoa;

b) Escravidão, sequestro, rapto e tomada de reféns;

c) Contra a identidade cultural e integridade pessoal e os previstos na Lei Penal Relativa Às Violações do Direito Internacional Humanitário;

d) Contrafacção de moeda, títulos de crédito, valores selados, selos e outros valores equiparados ou a respectiva passagem;

e) Captura ou atentado à segurança de transporte por ar, água, caminho de ferro ou de transporte rodoviário a que corresponda, em abstracto, pena igual ou superior a 8 anos de prisão;

f) Participação em motim armado;

g) Associação criminosa;

h) Contra a segurança do Estado, com excepção dos que respeitem ao processo eleitoral;

i) Branqueamento;

j) Tráfico de influência, corrupção, peculato e participação económica em negócio;

l) Organizações terroristas e terrorismo;

m) Praticados contra o Presidente da República, o Presidente da Assembleia da República, o Primeiro-Ministro, os presidentes dos tribunais superiores e o Procurador-

<sup>180</sup> Art.º 7 n.º2 da LOIC.



Geral da República, no exercício das suas funções ou por causa delas;

- n) Prevaricação e abuso de poderes praticados por titulares de cargos políticos;
- o) Fraude na obtenção ou desvio de subsídio ou subvenção e fraude na obtenção de crédito bonificado;
- p) Roubo em instituições de crédito, repartições da Fazenda Pública e correios;
- q) Conexos com os crimes referidos nas alíneas d), j) e o).

Seriam ainda da competência reservada deste 2.º nível a investigação dos seguintes crimes:

- a) Contra a liberdade e autodeterminação sexual de menores ou incapazes ou a que corresponda, em abstracto, pena superior a 5 anos de prisão;
- b) Furto, dano, roubo ou receptação de coisa móvel que:
  - i) Possua importante valor científico, artístico ou histórico e se encontre em colecções públicas ou privadas ou em local acessível ao público;
  - ii) Possua significado importante para o desenvolvimento tecnológico ou económico;
  - iii) Pertença ao património cultural, estando legalmente classificada ou em vias de classificação; ou
  - iv) Pela sua natureza, seja substância altamente perigosa;
- c) Burla punível com pena de prisão superior a 5 anos;
- d) Insolvência dolosa e administração danosa;
- e) Falsificação ou contrafacção de cartas de condução, livretes e títulos de registo de propriedade de veículos automóveis e certificados de matrícula, de certificados de habilitações literárias e de documento de identificação ou de viagem;
- f) Incêndio, explosão, libertação de gases tóxicos ou asfixiantes ou substâncias radioactivas, desde que, em qualquer caso, o facto seja imputável a título de dolo;
- g) Poluição com perigo comum;



h) Executados com bombas, granadas, matérias ou engenhos explosivos, armas de fogo e objectos armadilhados, armas nucleares, químicas ou radioactivas;

i) Relativos ao tráfico de estupefacientes e de substâncias psicotrópicas, tipificados nos artigos 21.º, 22.º, 23.º, 27.º e 28.º do Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de Janeiro, e dos demais previstos neste diploma que lhe sejam participados ou de que colha notícia;

j) Económico-financeiros;

l) Informáticos e praticados com recurso a tecnologia informática;

m) Tráfico e viciação de veículos e tráfico de armas;

n) Conexos com os crimes referidos nas alíneas d), j) e l).

o) Tributários de valor superior a (euro) 500 000;

p) Auxílio à imigração ilegal e associação de auxílio à imigração ilegal;

q) Tráfico de pessoas;

r) Falsificação ou contrafacção de documento de identificação ou de viagem, falsidade de testemunho, perícia, interpretação ou tradução, conexos com os crimes referidos nas alíneas p) e q);

s) Relativos ao mercado de valores mobiliários.

Por outro lado, a base – 1.º nível de investigação criminal – deveria integrar, numa perspectiva de formação contínua e gradual, tendo por base critérios de complexidade e tecnicidade da investigação, todos os efectivos com formação em investigação criminal, integrados nos OPC que a desempenham, hoje, sob alçada do MAI. Falamos, por exemplo, de todos quantos exercem funções nas EIC da PSP, nos NIC da GNR e os funcionários que, igualmente, desempenham funções de investigação criminal no SEF.

A competência investigatória deste 1.º nível aglutinaria todos os crimes que são, hoje, por lei, da esfera destes OPC (PSP, GNR, SEF).

Tal estrutura uma de investigação criminal inviabilizaria, de igual forma, que o recrutamento para integração no 2.º nível, actual corpo superior de polícia, se fizesse através de *outsiders* ao sistema, necessariamente menos preparados e com menos experiência empírica. Com tal projecto, o recrutamento para o 2.º nível de investigação criminal, onde teoricamente residem crimes de maior especificidade, tecnicidade e



difficuldade investigatória, operava, por intermédio de critérios de anos de serviço (antiguidade e experiência) e avaliação de desempenho (competência e mérito), através de efectivos do 1.º nível da pirâmide.

A mais-valia formativa e progressiva deste sistema decorre das próprias palavras do doutrinador Bento Garcia Domingues, segundo as quais, crimes como o furto e a burla (crimes contra o património) constituem-se a “escola” da investigação criminal<sup>181</sup>.

Desta forma, toda e qualquer cooptação de meios humanos far-se-ia, apenas e directamente, para a base da nossa construção – o 1.º nível – e daí sairiam para abraçar investigações relacionadas com o crime organizado, transnacional, económico e financeiro, entre outros, no 2.º nível da pirâmide agora em apreço.

Curiosamente, alguns destes princípios, ainda que com alcance diferente do nosso, eram já defendidos por aproximação, em 2007, pelo Dr. José Miguel Júdice<sup>182</sup>, porquanto, afirmava já que o seu modelo favorecido “seria aquele que integrasse as unidades de investigação criminal, que existem nos corpos de segurança (PSP e GNR)”<sup>183</sup>, num só corpo de polícia de investigação criminal.

Este *Corpo Nacional de Investigação Criminal* que traduz uma componente especializada, próxima e directamente ligada a uma acção penal judicializada, deverá ter um enquadramento claro na Justiça e num modelo de supervisão, leia-se, dependência funcional, que implique o Ministério Público, enquanto titular da acção penal.

Sedeado no Ministério da Justiça ficaria, assim, assegurado o primado da Justiça sobre o da Segurança, com as consequentes implicações ao nível da salvaguarda do Estado de Direito e do respeito pelos Direitos, Liberdades e Garantias dos Cidadãos em contraposição a um modelo securitário da máquina estatal e da sua estrutura repressiva.

E seria certamente articulado com o edifício da segurança interna e ordem pública (não sendo aqui, por limite natural, a sede própria para este novo debate).

As características definidoras da pretendida superioridade orgânica e funcional impõe, para este *Corpo Nacional de Investigação Criminal*, determinadas competências, características de organismos similares noutros países, desde logo, ao nível da centralização da informação criminal e, também, da gestão de recursos específicos na área da pesquisa e recolha de informação, como sejam, por exemplo, a gestão centralizada de informadores e

<sup>181</sup> BENTO GARCIA DOMINGUES, *Investigação Criminal*, Lisboa, 1963.

<sup>182</sup> *Modus Operandi* n.º2, p.11 e segs.

<sup>183</sup> JOSÉ JÚDICE, *Modus Operandi* n.º1, Janeiro – Março, 2007



a coordenação centralizada de operações encobertas.

E isto, abandonando a actual opção de centralizar a informação criminal num organismo com dependência política – SG SSI<sup>184</sup>. É preocupante, dizia José Miguel Júdice, olhar para esta construção do SSI se nos lembrarmos de crimes como a corrupção.

Acresceriam ainda a este *Corpo Nacional de Investigação Criminal* funções com carácter de exclusividade na gestão e centralização da cooperação internacional, nomeadamente no que aos oficiais de ligação e aos organismos internacionais de cooperação policial se referem. A razão para tal desiderato prende-se com o facto da esmagadora maioria do trabalho policial de cariz internacional se prender com as competências funcionais específicas de um serviço especializado na investigação dos crimes mais graves ou da criminalidade organizada. Assim, concentraria todos os serviços de cooperação internacional – Interpol e Europol.

Mas é aqui também neste *Corpo Nacional de Investigação Criminal* que deverá estar o encargo de assumir o leque de tarefas relativas aos programas de protecção de testemunhas, cada vez mais importantes no combate ao crime organizado internacional.

De facto, a posição geoestratégica de Portugal e a sua inserção no todo europeu criam-lhe particulares responsabilidades e impõem-lhe a obrigação de dar resposta a solicitações que lhe são, ou possam vir a ser, colocados pelos demais parceiros comunitários.

É ainda aqui que se deverão integrar serviços fundamentais de auxílio da investigação, como sejam, um Laboratório de Polícia Científica, os diversos Serviços de Perícia, a centralização de Intercepções Telefónicas. E ainda, recordando Rolf Jaeger, uma Escola especializada unicamente na formação de investigadores criminais.

Assim se racionalizam recursos, criando-se maior eficácia dos serviços com grande economia de custos. Assim se aumenta a capacidade proactiva, de intervenção e de incremento de resultados.

E é por isso que se nos afigura de grande pertinência o diagnóstico realizado e as conclusões elencadas pelos Prof. Dr. Nuno Severiano Teixeira, Prof. Dr. Nelson Lourenço e Prof. Dr. Nuno Piçarra, no Relatório Preliminar do Estudo para a Reforma do Modelo de Organização do Sistema de Segurança Interna.

Qualquer modelo tem os seus defeitos e os seus riscos. Não é por acaso que isso

---

<sup>184</sup> JOSÉ JÚDICE, *op.cit.* e CARLOS COSTA, *op.cit.*



sucedem. Qualquer estratégia de combate à criminalidade tem que compatibilizar-se com os concretos princípios do Estado de Direito Democrático. Por isso continuamos a pensar que o modelo de correcta articulação entre as polícias não é uma mera questão de “polícia” ou de “sistema policial”, mas antes, é uma questão de “qualidade” do Estado de Direito, a que as polícias servem em função das suas competências legais. Não é um mero capricho corporativo.





## **Conclusão**

---

Percorrido todo este caminho, árduo e com obstáculos, a que nos propusemos, eis a hora de findar este estudo com uma conclusão objectiva.

O mundo em que nos situamos é consequência de uma panóplia de assinaláveis mutações socioculturais que têm originado mudanças significativas no fenómeno criminoso e que escapam aos olhos da maioria da sociedade.

No entanto, o Estado consciente destas inovações no mundo da criminalidade vai tentando dotar, da forma que pensa mais adequada, os Organismos Policiais de meios para combater esta realidade.

Neste sentido compreende-se a evolução e a angariação de competências que a Polícia de Segurança Pública tem ganho ao longo da sua existência.

Compreende-se, assim, que a Investigação Criminal, nesta organização, se destaca tendo em vista a crescente atribuição de competências que se foi verificando a partir do ano de 1995.

Portanto, esta situação dá-se na Polícia, em grande parte, devido ao reconhecimento da preparação e da vocação que a PSP vinha demonstrando no combate à criminalidade que lhe estava atribuído.

Não obstante, a situação da Investigação Criminal, a nível nacional, apresenta defeitos e ineficiências como nos mostra o “Estudo para a Reforma do Modelo de Organização do Sistema de Segurança Interna”: sobreposição de áreas territoriais e funcionais com a consequente duplicação de meios e potenciais conflitos de competências; custos financeiros elevados e redobrados, com multiplicação de despesas correntes, de manutenção e logísticas; diversas forças e serviços de segurança estão sob a tutela de órgãos distintos, o que fomenta a falta de comunicação entre organismos, sobreposição de atribuições e competências, entre os diferentes OPC, o que faz com que haja falta de coordenação operacional, entre outras. Na nossa modesta opinião a “radiografia” ao sistema está bem construída e fundamentada, no entanto, discordamos da resolução que os mentores deste Estudo propuseram.

Perante tal situação, realizamos um estudo exaustivo de modelos portugueses e europeus, assim como outros pontos de vista para solucionar esta realidade.

É neste contexto que damos a conhecer – Corpo Nacional de Investigação Criminal –



(mais aprofundado no Capítulo V), estrutura esta que se pretende inovadora e inédita, com a profunda convicção de que será a mais adequada, do nosso ponto de vista. Porém, é no seu todo um estudo, simples e modesto.



## Bibliografia

---

- Alves, Bruno**, *A Investigação Criminal na PSP: Contributo para um melhor desempenho policial*, Dissertação Final do Curso de Formação de Oficiais de Polícia, ISCPSI, 2005.
- Braz, José**, *Investigação Criminal – A Organização, o Método e a Prova – Os Desafios da Nova Criminalidade*, Almedina, Outubro, 2009.
- Calado, António Marcos Ferreira**, *Legalidade e Oportunidade na Investigação Criminal*, Coimbra Editora, 2009.
- Domingues, Bento Garcia**, *Investigação Criminal*, Lisboa, 1963.
- Eco, Umberto**, *Como se faz uma Tese em Ciências Humanas*, 13ª Edição, Editorial Presença, 1997.
- Fernandes, Luís Fiães**, *II Colóquio de Segurança Interna – A Prevenção da Criminalidade*, Almedina, 2006.
- Ferreira, Carlos**, *A Globalização dos Novos Modelos de Policiamento*, Dissertação Final do Curso de Formação de Oficiais de Polícia, ISCPSI, 2000.
- Ferreira, Manuel Cavaleiro de**, *Lições de Direito Penal I*, Ed. Verbo, Textos Universitários, Lisboa, 1993.
- Ferreira, Ricardo**, *A Investigação Criminal na PSP – Contributo para a sua estrutura e organização*, Dissertação Final do Curso de Formação de Oficiais de Polícia, Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, Lisboa, 2001.
- Leite Ferreira, A** *Acção Específica dos OPC e das Alfândegas na Prevenção e Investigação do Tráfico e Consumo de Drogas*, DROGA – A Prevenção e a Investigação Criminal do Tráfico e do Consumo, I Encontro Nacional de OPC, Gabinete de Planeamento e de Coordenação do Combate à Droga, Presidência do Conselho de Ministros, 1999.
- Lourenço, Nelson**, *Estudo para a Reforma do Modelo de Organização do Sistema de Segurança Interna*, IPRI, Universidade Nova de Lisboa, Relatório Final – Modelos e Cenários, Lisboa, Dezembro 2006.
- Lourenço, Vera**, *Investigação Criminal – A Abordagem Inicial*, Torres Novas, 2008.



**Mannheim**, Hermann, *Criminologia Comparada Vol. I*, Tradução de J. F. Faria Costa e Manuel Costa Andrade, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1984.

**Massaneiro**, Rui, *Gestão do Local do Crime: Perspectiva e Abordagem do Primeiro Elemento Policial*, Dissertação Final do Curso de Formação de Oficiais de Polícia, ISCPSI, 2009.

**Neto**, José Carlos Ribeiro, *Investigação Criminal: Enquadramento global e situação da Polícia de Segurança Pública*, VI Estágio de Promoção a Comissário, Lisboa, ISCPSI, 1999.

**Oliveira**, Francisco, *A defesa e a investigação do crime*, Almedina, 2008.

**Peixoto**, Alberto, *Como Lidar Com a Insegurança na Escola?*, Edições Macaronésia, Ponta Delgada, 2007.

**Raposo**, João, *Lições de Direito Policial*, ISCPSI, 1998.

**Santos**, Nuno Ricardo Pica dos, *Evolução e Perspectivas de Futuro da Investigação Criminal na PSP (Reflexões)*, in Estudos de Homenagem ao Professor Doutor Artur Anselmo, Almedina, Maio, 2008.

**Silva**, Germano Marques da, *Curso de Processo Penal*, Editorial Verbo, 4.<sup>a</sup> Ed., Lisboa/S. Paulo, 2000.

**Teixeira**, Nuno Severiano, *Estudo para a Reforma do Modelo de Organização do Sistema de Segurança Interna*, Relatório Preliminar, IPRI, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, Julho 2006.

**Valente**, Manuel Monteiro Guedes, *Processo Penal*, Tomo I, 2<sup>a</sup> Edição, Almedina, Março, 2009.

**Valente**, Manuel Monteiro Guedes, *Teoria Geral do Direito Policial*, 2<sup>a</sup> Edição, Almedina, Coimbra, Outubro, 2009.

**Valente**, Manuel Monteiro Guedes, *Regime Jurídico da Investigação Criminal – Comentado e anotado*, 2<sup>a</sup> Edição, Almedina, Coimbra, 2004.

**Vidal**, José Marques, *Justiça em Crise?*, Quetzal, 2004.



## **Legislação**

Circular da Procuradoria-Geral da República n.º 9/99, de 15 de Julho

Constituição da República Portuguesa

Código de Processo Penal

Código Penal

Decreto-lei 15/93, de 22 de Janeiro, fixa um novo regime jurídico aplicável ao tráfico e consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas.

Decreto-Lei 81/95, de 22 de Abril

Decreto-Lei 275-A/2000, de 9 de Novembro, antiga Lei Orgânica da PJ

Despacho 19933/2008, de 28 de Julho, define as unidades orgânicas flexíveis da DNPSP

Directiva n.º 1/2002, da Procuradoria-Geral República, de 4 de Abril

Lei 21/2000, de 10 de Agosto, antiga Lei de Organização da Investigação Criminal

Lei 17/2006, de 23 de Maio, Aprova a Lei - Quadro de Política Criminal

Lei 53/2007, de 31 de Agosto, Aprova a Orgânica da PSP

Lei 49/2008, de 27 de Agosto, Aprova a Lei de Organização da Investigação Criminal

Portaria 383/2008 de 29 de Maio, prevê a criação de diferentes Departamentos na DNPSP.

Portaria n.º 416/2008, de 11 de Junho, define o número máximo de unidades orgânicas flexíveis da DNPSP

Resolução de Conselho de Ministros n.º 45/2007, de 19 de Março.



## **Documentação Interna**

Circular DEPIPOL nº 1719/2003 de 04 de Agosto

Despacho 20/GDN/2009

N.E.P. Nº OPSEG/DEPOP/04/02, de 22 de Março de 2000, da DN/PSP

## **Sítios consultados**

Infopédia, Enciclopédia e Dicionários Porto Editora, Dicionário da Língua Portuguesa  
[www.infopedia.pt/lingua-portuguesa/investigacao](http://www.infopedia.pt/lingua-portuguesa/investigacao) (acedido em Fevereiro de 2010).

Wikcionário, Dicionário Universal de Conteúdo Livre, <http://pt.wiktionary.org/wiki/locus>  
(acedido em Março de 2010).

[www.pj.pt](http://www.pj.pt)

## **Outros documentos**

**Aulas de Investigação Policial**, disciplina ministrado no 4.º ano do Curso de Formação de Oficiais de Polícia do Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, ano lectivo de 2008/2009, Lisboa, 2009.

**Aulas de Técnicas de Serviço Policial**, disciplina ministrado nos 3.º e 4.º anos do Curso de Formação de Oficiais de Polícia do Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, ano lectivo de 2007/2009, Lisboa, 2007-2009.

**Curso de Policiamento de Proximidade** – Vitimação e Grupos de Risco, Lisboa, 2008, slide n.º 3.

**Modus Operandi** n.º1 e n.º2, 2007.



O Aspirante a Oficial de Polícia

---